

O QUE SONHA SEM EXECUTAR, NÃO PASSA DUM SONHADOR; O QUE EXECUTA SEM SONHAR É APENAS UMA MÁQUINA; MAS AQUELE QUE SONHA E EXECUTA É SONHOR DE TUDO QUANTO EMPREENDE.

A. S.

A Voz de LOULÉ

SEMANÁRIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA

(Preço avulso: 6\$00)

N.º 779

ANO XXVII

22/5/1980

Composição e impressão
«GRÁFICA EDITORA»
Av. João Ferreira da Maia, 20
Telef. 92091 RIO MAIOR

DIRECTOR E PROPRIETARIO

José Maria da Piedade Barros

Redacção e Administração

Telef. 6 25 36

LOULÉ

JOGOS SEM FRONTEIRAS EM VILAMOURA

O grande acontecimento do ano!

A convite da Comissão Regional de Turismo do Algarve, representantes da co-

municação social de Lisboa e Algarve, deslocaram-se a Vilamoura para apreciar o to-

da a montagem em curso no recinto onde vão realizar-se, nos dias 25, 26 e 27 de Maio, os já famosos «JOGOS SEM FRONTEIRAS» que se calcula terão uma cobertura televisiva de mais de 100 milhões de telespectadores.

Pelo que vimos e ouvimos, é fácil calcular que se trata de um sensacional espectáculo digno de ser apreciado.

Gostaríamos de dar mais pormenores, se não fora o curto espaço entre a visita efectuada e o dia da saída do nosso jornal.

LOULÉ PRESTOU a Maria Campina

a homenagem de que muito era merecedora

Loulé esteve em festa no passado dia 4 de Maio: tratou-se da consagração de uma figura louletana que devotadamente se tem dedicado à arte musical e que, mercê do seu valor, se tem imposto à consideração pública

como um dos mais prestigiosos vultos louletanos da admirável arte dos sons.

Loulé tinha esta dívida de gratidão para com Maria Campina, a qual se tornou ainda

(continua na pág. 4)

inda a propósito de Torremolinos

NOTA OFICIOSA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

A senhora deputada Teresa Ambrósio, do Partido Socialista, produziu na Assembleia da República acusações ao Ministério da Educação e Ciência, aproveitando os trágicos acontecimentos que rodearam uma recente excursão de jovens portugueses a Torremolinos que profundamente se lamentam. Não cabe ao Ministério da Educação e Ciência qualquer responsabilidade nos factos ocorridos e para um esclarecimento objectivo dos factos, informa-se o seguinte:

1. A iniciativa de realização de excursões deste tipo só pode revestir natureza estritamente

particular, e nessa qualidade se integraram os vários participantes na excursão em apreço.

2. O despacho n.º 156/77, de 11 de Novembro, publicado no

(continua na pág. 2)

A Serra do Caldeirão à espera do progresso

Um contacto mais assíduo entre governantes e governados, entre as autoridades e o público, têm sido as directrizes que nos últimos tempos aqui têm sido seguidas, o que no passado não acontecia por esta serra.

As populações rurais e é destas precisamente que aqui me quero referir, as mais distanciadas, portanto, dos grandes centros urbanos, encontravam-se praticamente marginalizadas e votadas ao mais lamentável esquecimento. Na maioria dos casos não eram consultadas, não eram ouvidas e só de longe em longe contactadas pelas nossas autoridades e políticos, que então as incensavam com palavras amáveis e cheias de pro-

messas raramente cumpridas, seladas com breves apertos de mão, para em seguida tudo voltar ao anterior esquecimento!

Ainda me recordo de uma parte desse tempo. Quando se tratava de angariar votos para eleições de deputados e outros postos cimeiros da nossa governação, era então e só então que a massa anónima e humilde do homem da serra tomava por breves momentos uma projecção de importância e atenções tais, por parte desses senhores, que a deixavam por algum tempo envaidecida da sua pressuposta importância, mas isso era sol de pouca dura...

No entanto os tempos embo-

(continua na pág. 2)

O I Congresso Nacional sobre o Algarve

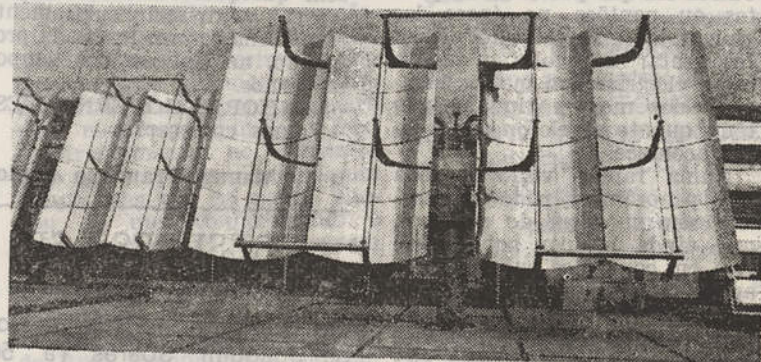
Um primeiro esforço para um «arranque» que tarda em surgir

Com uma organização impecável do Rocal Clube, a cujos dirigentes não foram regateadas felicitações, realizou-se no curto espaço de três dias (dois dias inteiros e duas metades de outros dois...) o I Congresso

Nacional sobre o Algarve, retomando o caminho anteriormente tentado nos já distantes anos de 1915 e 1950 com a celebração de dois Congressos Regionais, cujos frutos se perderam

(continua na pág. 3)

PARA QUANDO? a primeira central solar no Algarve?



(VER PÁGINA 5)

ROTARY CLUB DE LOULÉ

um nascimento que se saúda

No decorrer de uma reunião havida no restaurante Bica Velha, nesta Vila, no passado dia 12, ficou constituído o conselho Director do Rotary Club de Loulé que, na sequência dos outros cinco clubes algarvios (Fa-

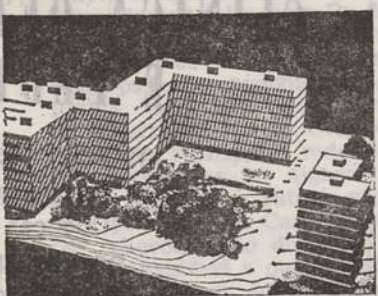
(continua na pág. 2)

27 andares e 96 metros de altura:

O PRIMEIRO ARRANHA-CÉUS A CONSTRUIR EM PORTIMÃO

O tempo em que os serviços de urbanização e turismo proibiam no Algarve os projectos do arquitecto de Brasília, Oscar Niemeyer, com o pretexto de que os seus doze andares violentavam a paisagem arquitectónica da nossa província, parecem finalmente ultrapassados... Na verdade, a Câmara Municipal de Portimão acaba de dar luz verde a uma empresa construtora, a Futuri, para a construção de seu denominado Edifício Portimão, localizado no topo do campo da feira, em terrenos da Câmara.

No contrato-promessa já assinado, a Câmara de Portimão



cede os referidos terrenos à Futuri em troca da construção de um mercado abastecedor, um edifício de 40 fogos, a arborização do parque da cidade, a

(continua na pág. 2)

O Congresso dos Algarvienses

Crónica de
— LUÍS PEREIRA —

1. O CONVÍVIO CULTURAL

O I Congresso Nacional sobre o Algarve, que decorreu na Aldeia das Açoteias, reuniu os algarvienses num frutuoso e vivo festim cultural. Pela diversidade dos temas apresentados, o Congresso permitiu a participação, num debate sério e justo, de pessoas dos mais variados quadrantes da vida social do Algarve.

Quase tão importante como as propostas discutidas, foi o convívio proporcionado por um Congresso que deixou transparecer a grandeza da humildade de um clube. O Rocal está de parabéns pelo êxito alcançado.

2. COMUNICAÇÕES E IDEIAS

a) Cultura, Ciência e Educação:

Um tema que merecia um tratamento mais cuidado. O Algarve é uma província sem rosto cultural.

O ponto de maior relevância e comum a quase todas as comunicações foi o da criação da Universidade do Algarve. A propósito sublinhou o Prof. Rocha de Sousa: «Enganam-se obviamente os que desejam fazer a título precário (para hoje) o

(continua na pág. 8)

II Jornadas Cooperativas da Caixa de Crédito Agrícola

(LER 4.ª PÁGINA)

A Serra do Caldeirão à espera do progresso

(continuação da pág. 1) ra lentamente, foram evoluindo, mudaram bastante nesse aspecto — não há nada que não mude — essas mesmas populações vão sendo consciencializadas para novas directrizes e esclarecidas daquilo que politicamente enformam as nossas Leis, para que dentro desses parâmetros saibam escolher o que mais lhes convenha em concordância com o interesse nacional e o delas próprias.

Que assim é como afirmo e que são muito proveitosos tais contactos, demonstra-o o facto de já actualmente se ouvirem, com frequência por aqui, acaloradas discussões em matéria de política e outros assuntos, até entre pessoas de escassas letras, expressando os seus pontos de vista com interessantes tiradas de bom senso e muita lógica, embora não isentas por vezes de distorções várias. Mas, afinal, quem as não tem?

Para além da rádio, imprensa e televisão, muito tem contribuído para essa mentalização das populações rurais desta região, os frequentes contactos que aqui tem havido ultimamente da parte de várias entidades oficiais com o público, destacando-se desses contactos e apreciáveis esclarecimentos as Autoridades Autárquicas do concelho de Loulé, no dia 16 do mês corrente.

Nessa reunião tiveram então os Senhores Presidente e Vice-Presidente da Câmara, assim como vários componentes da sua comitiva, de aqui escutar de viva voz o povo da freguesia e inteirar-se das enormes carências e dificuldades várias.

Pormenorizar aqui todos os seus problemas, queixas e aspirações várias numa extensa área da freguesia, — até há pouco tempo como terra esquecida, considerada a gata borralheira do concelho de Loulé — seria tarefa fastidiosa, bastando acentuar apenas que lhes foi afirmado que há muitos montes sem água própria para beber, ti-que na época das chuvas mais rada de barrancos ou lamaçais agravam essa situação. Que há aglomerados populacionais a que não chega um transporte; outros em que por falta de pontes ou pontões, na época das chuvas, as crianças não podem frequentar a escola; e quanto a luz eléctrica, em muitos lugares dos montes ainda a não têm; quanto a telefones o mesmo acontece.

Numa rápida visão de toda esta panorâmica, pode afirmar-se, sem margem de exageros, que ainda há por aqui quem viva em condições que muito se aproximam das da Idade Média e se considerarmos que na maioria dos casos a própria Natureza e muitos dos seus elementos se mostram excessivamente avaros para com o homem da serra, em contacto permanente com um clima agreste,

amarrados à sua gleba de terra sáfara e difícil acesso, não será fácil vislumbrar quais as perspectivas aliciadas que se lhe poderão deparar nesta terra que os viu nascer!

Nesta via sacra de horizontes de cor indefinida, se vai vivendo, ou melhor: se vai vegetando pelas envoltas da serra do Caldeirão, e por isso pergunta-se: Que poderá acontecer, num futuro que não vem longe, se os poderes públicos e todos os homens de boa vontade se não debruçarem, finalmente, muito a sério sobre este assunto, criando estruturas e melhores e mais fáceis condições de vida para as populações serranas, a fim de evitar o êxodo total das camadas mais jovens da sua população, para outros meios de vida mais fácil e melhor remunerada?

Verifica-se já hoje uma grave falta de braços para o amanho das terras e recolha dos seus frutos, trabalhos esses que ainda vão sendo feitos em parte por pessoas que há muito do- braram o cabo dos 40 anos ou dele se aproximam, por isso nos interrogamos a cada passo: Quando estes trabalhadores faltarem nos campos, quem os substituirá, se os mais novos, na sua quase totalidade continuarão a tomar rumos diferentes?

Eu também sou um homem da serra, aqui nasci, aqui fui criado, e não obstante dela ter estado ausente mais de 45 anos, sinto e magoam-me profundamente os seus problemas e o esquecimento a que os homens a votaram durante tantos anos e que se assim continuar terá como resposta o seu inelutável despovoamento num futuro não muito distante.

Se se quiser salvar esta serra de uma morte lenta, mas certa, lancem sem demora mãos à obra, metem sem demora a charrua, o tractor e a enxada na selva nefasta da burocracia e arborizem a sem denso de sobreiros, medronheiros, pinheiros, eucaliptos e oliveiras, principalmente e então estejais seguros que daqui a alguma dúzia de anos apenas estes 350 000 hectares de terras xistosas, actualmente na sua maior parte praticamente sem qualquer rendimento apreciável, sentir-se-ão subitamente transformadas em terras da promessa, na Canaan dos tempos modernos.

SENHORES GOVERNANTES: Vamos começar?

Manuel Francisco Júnior

TRESPASSA-SE

Restaurante «Quá - Quá» em Quarteira, na Rua Dr. José Joaquim Soares (a 50 metros da praia). Bom Preço.

Informa no próprio local.

ROTARY CLUB DE LOULÉ um nascimento que se saúda

(continuação da pág. 1) ro, Portimão, Albufeira, Lagos e Vila Real), traz até no nosso concelho um dos mais prestí- giosos movimentos ao serviço da Humanidade.

Fundado em Chicago em 1905, o Rotary Internacional conta actualmente cerca de um milhão de sócios, distribuídos por mais de 100 países. Nele se cultiva o ideal de servir e tem por lema «Dar de si antes de pensar em si». Não é, porém, uma instituição de beneficência e o conceito de «servir» compreende o culto da amizade e do companheirismo entre os seus membros, como forma de melhor ajudar a comunidade em que se encontram inseridos, não com dádavas materiais, mas com efectiva colaboração dentro da competência de cada um. Fora da esfera política e de qualquer crença religiosa.

A instalação do Rotary Club de Loulé fica-se devendo ao devotado interesse do Rotary Club de Faro que, com invulgar espírito de serviço, acompanhou desde a primeira hora as diligências que conduziram ao nascimento de mais um núcleo de saudável fraternidade neste ano em que se comemora o 75.º aniversário do Rotary Internacional.

Em Portugal existem 56 clubes, englobados num distrito rotário, sob a responsabilidade de um Governador que, para o ano rotário 1980/81, será o Dr. João Meneses Pimentel, de Portimão.

O Conselho Director do novo Rotary Club de Loulé é constituído pelas seguintes individualidades: António Lopes Serra, engenheiro, Presidente; Manuel Mendes Gonçalves, advogado, Vice-Presidente; Henrique Rodrigues, director de hotelaria, responsável pelo protocolo; José Vitória Neto, industrial, tesoureiro e António da Silva Lopes, promotor imobiliário, secretário.

A carta de constituição será outorgada brevemente.

VENDE-SE

MERCEDES 220 S, a gasolina, com muitos extras.

Em bom estado.

Informa P. F. 66162 — BOLI- QUEIME.

(4-3)

VENDE-SE

Instalação de Britagem em pleno funcionamento.

Contactar pelo telef. 63059 — LOULÉ.

(3-2)

VENDE-SE

Cadeiras e mesas, para esplanada.

Preço de ocasião.

Nesta redacção se informa.

(2-2)

VENDE-SE

Uma propriedade c/ muitas sobreiras e terra de se- mear, no Sítio da Califórnia, denominada o Valinho da Casca (Salir).

Tratar: com Maria da Cruz e Irmãs — AMEIXIAL.

(2-1)

Ainda a propósito de Torremolinos

(continuação da pág. 1) Diário da República, 2.ª série, n.º 266, de 17 de Novembro, determina expressamente que «não são permitidas viagens de estudo ou excursões de alunos do ensino secundário ao estrangeiro» e que «os conselhos directivos impedirão a organização de tais viagens nos respectivos estabelecimentos de ensino».

3. Durante os meses de Fevereiro e Março p. p., contactados os serviços do MEC pelos conselhos directivos de 4 estabelecimentos de ensino quanto à eventualidade de organização de excursões no período de férias da Páscoa, foi comunicado por ofício que se mantém inteiramente em vigor o despacho acima referido, devendo os mesmos conselhos directivos actuar em conformidade.

4. Não obstante não lhe caber qualquer quota de responsabilidade directa nas ocorrências verificadas, o MEC, atendendo à gravidade dos factos, tem vindo a manter-se em contacto com representantes das famílias e determinou a abertura de um inquérito circunstanciado, na sua esfera de competência, às eventuais responsabilidades de órgãos de gestão de estabelecimentos de ensino nas condições de organização e/ou publicitação da excursão referida, com possível violação das normas em vigor.

27 andares e 96 metros de altura:

O PRIMEIRO ARRANHA-CÉUS A CONSTRUIR EM PORTIMÃO

(continuação da pág. 1) construção de uma concha acústica e um ringue de patinagem.

O projecto do edifício deverá ser apresentado à Câmara no prazo de seis meses. O ante-projecto, em que se baseou o contrato-promessa celebrado, abrange uma área de 13 285 metros quadrados, prevendo a criação de 2532 postos de trabalho.

O edifício Portimão divide-se em diferentes objectivos, todos eles de carácter comercial: um hotel de 787 apartamentos, com um total de 2268 camas; um centro comercial com 163 lojas; um centro de diversões com restaurantes, self-service, snack, grills, pastelarias, cafés, bares, piscinas, boites, dancings, piscinas, sorvetarias, pubs, cinema e piscinas; uma sala de conferências, para congressos, dispondo de capacidade para rece-

ber 1500 participantes, e ainda um hileporto, destinado à chegada e partida de helicópteros, com um terraço mirador.

O 27.º andar é totalmente reservado a salão de jogos, com máquinas, bares de luxo, clube noturno de espectáculos, etc.

O estacionamento do Edifício tem na sub-cave e no exterior capacidade para receber 1119 automóveis...

As obras devem iniciar-se ainda este ano. A Futuri é uma sociedade anónima, que tem a sua sede em Lisboa, na Rua Martens Ferrão, 26-5.º, no edifício onde se encontra o cinema Mundial, adquirido recentemente pelo conhecido industrial Bordalo, antigo membro do conselho de administração e um dos principais accionistas, antes da nacionalização da banca, do Banco Português do Atlântico.

TERRENOS ALGARVE

QUINTAS, FAZENDAS, COURELAS (C/ OU S/

CASA).

PARA TODAS AS DIMENSÕES, PREÇOS E LOCALIZAÇÕES.

COMPRA E VENDA: JOSÉ VIEGAS BOTA — R.

SERPA PINTO, 1 a 13 — TELEF. 62634 — LOULÉ.



APARTAMENTOS E TERRENOS

ALUGAM-SE E VENDEM-SE APARTAMENTOS

E TERRENOS PARA CONSTRUÇÃO E AGRICULTURA.

TRATAR COM CONCEIÇÃO FARRAJOTA, RUA D.

AFONSO III - R/C, Fte. — QUARTEIRA, OU PELO TE.

LEFONE 65852 (das 20-22 h.).

CLÍNICA OFTALMOLÓGICA E PEDIÁTRICA

MÉDICOS ESPECIALISTAS:

DR. PALMA NUNES
Doenças dos Olhos

DR.ª PAULINA SANTOS
Doenças das Crianças

Marcações pelo Telefone 28704
FARO

(8-7)

O I CONGRESSO NACIONAL SOBRE O ALGARVE

(continuação da pág. 1)
na voragem do esquecimento, mas cujas sementes tem de ser lançadas de novo a terra.

Grças às excelentes instalações da Aldeia das Açoteias, duzentos participantes assistiram à leitura, e por vezes ao improvviso, de quarenta comunicações seguidas de perguntas, respostas e discussão, por vezes acalorada, mas sempre útil.

No final, a assembleia aprovou uma larga lista de «conclusões e recomendações», todas elas destinadas a fazer o diagnóstico das doenças e males crónicos de que o Algarve enferma, mas sem indicar as receitas necessárias à recuperação do doente, nem a «farmácia» onde os «remédios» têm de ser adquiridos...

Por outras palavras, as «conclusões e recomendações» pecam por ser mais um exercício literário de conceitos já ditos e reditos, do que um itinerário seguro dos portos a que o barco algarvio necessita de aportar para atingir a rota do progresso e da felicidade.

O Dr. Garcia Domingues ainda tentou que as «conclusões e recomendações» fossem elaboradas de forma específica e levando um destinatário específico, mas a estrutura de uma organização deste tipo, traçada contra-relógio, não permitiu infelizmente que os participantes do Congresso ponderassem devidamente a importância fundamental de cumprirem a entrega da sua «carta a Garcia».

Dizer-se, por exemplo, que a degradação do património artís-

tico e histórico do Algarve tem de ser sustida com urgência, é importante, mas não suficiente. É necessário apontar a dedo todos os casos onde essa degradação acontece e gritar aos responsáveis, até que acordem o «Ó da Guarda» que os nossos pulmões têm de fazer ouvir com toda a força.

Seja como for, porém, o I Congresso representou um muito válido primeiro esforço para, sem discriminações políticas, religiosas e sociais, para um «arranque» que tarda em surgir nas vésperas da nossa entrada para o Mercado Comum...

A longa lista dos títulos e das personalidades que intervieram nos três dias de trabalho é, só por si, um indicativo iniludível dos brilhantes resultados alcançados pelo Rascal Clube com tão difícil iniciativa cujo êxito nada pôde impedir.

O Congresso compreendeu seis sessões. A saber:

1.ª SESSÃO — CULTURA, CIÊNCIA E EDUCAÇÃO — «Humanismo no Estado, no Direito e na História», pelo Dr. Júlio Filipe Almeida Carrapato; «O Algarve Árabe», pelo Dr. José Garcia Domingues; «A Arqueologia e a História do Algarve», por António Salustiano Lopes de Brito; «A Música e a sua importância turística», por Pedro Antunes Ruivo; «Educação Física e Desportiva» (Conceitos de desenvolvimento desportivo e global e o Problema da Regionalização), pelo Dr. Eduardo Tenazinha.

2.ª SESSÃO — CULTURA, CIÊNCIA E EDUCAÇÃO — «Para uma Acção Educativa e Cultural no Algarve», pelo Prof. João Rocha de Sousa; «Breve reflexão sobre Cultura, Educação e Cidadania», pelo Dr. Joaquim Magalhães; «Amar o Algarve sobre todas as coisas», por Vitoriano Rosa; «As limitações da Cultura e a necessidade de talento e de imaginação», por Luís Pereira; «Como nasce uma universidade: uma opinião inoportuna», pelo Dr. Eng.º Armando Rocha Trindade.

3.ª SESSÃO — SAÚDE E MEIO AMBIENTE — «Inválidos Algarvios», pela Dr.ª Maria Antonieta Contreiras; «Depuração de águas residuais no Algarve por lagunagem», pelo Eng.º José Anibal Guedes de Andrade Vilarinho; «Planeamento biofísico — condicionante de equilíbrio harmónico entre desenvolvimento e conservação do património natural», pelo M. Sc. António T. G. de Sousa Otto; «O Algarve deve ser também um Jardim», por Mariália Marques; «Contributo para uma política de protecção da natureza no Algarve. Do parque natural algarvio, a reserva natural da Ria Formosa», pelo Eng.º Eugénio da Silva Júdice; e «Contributo para uma política de protecção da natureza no Algarve. Ordenamento do território. O que é?, pelo Arq.º Fausto Hidalgo do Nascimento.

4.ª SESSÃO — PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS. INFRAESTRUTURAS — O IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas), pelo Eng.º Mário Gil Videira Vicente; «Pequenas e médias empresas industriais», pelo Dr. Manuel Paulo Filipe; «Importância das empresas de consulta e serviços para desenvolvimento das PME's», pelo Dr. Vieira Pinto; «Infraestruturas», por Otelo Cabrita; «O Transporte rodoviário de mercadorias no Algarve face ao presente e futuro próximo», por Joaquim Carlos Silvestre; «Reconversão do porto de Lagos adaptável a outros portos do Algarve», por João Veloso.

5.ª SESSÃO — AGRICULTURA E PISCAS — Interligações agro-urbanísticas e o desenvolvimento regional equilibrado», pelo Eng.º António da Fonseca Leal de Oliveira; «Agricultura

no Algarve», pelo deputado José Vitoriano; «Frutas secas e frescas do Algarve», pelo deputado Joaquim Manuel Cabrita Neto; «Aspectos da pesca do atum no Algarve», pelo Comandante José Cabido de Ataíde; «Inserção do centro de investigação pesqueira de Faro no Algarve — alguns aspectos», pelo Dr. Rui Cachola.

6.ª SESSÃO — TURISMO — «Parques de campismo e centros de férias objectivos prioritários do turismo social», por Nunes Peres Pereira; «O Campismo fora de parques e a defesa do meio ambiente», por Ildio Quintinha Guerreiro; «Necessidade urgente do levantamento das potencialidades turísticas da terra e do povo do Algarve», por Gentil Marques; «A força do turismo algarvio face à entrada de Portugal na CEE», por Manuel Joaquim Neto Gomes; e «O Algarve prepara-se para o futuro», também pelo deputado Joaquim Manuel Cabrita Neto.

7.ª SESSÃO — PLANEAMENTO REGIONAL — «Aspectos da estrutura produtiva e condicionantes macro-económicas do desenvolvimento do Algarve», pelo Dr. João Ferreira do Amaral; «Esboço de uma fundamentação teórica para uma estratégia de desenvolvimento do Algarve», pelo Prof. Dr. José Maria do Nascimento; «O Reequilíbrio da rede urbana como base para um processo de ordenamento regional», pela Dr.ª Maria Isabel Ramalho de Almeida e, finalmente «Problemas actuais do desenvolvimento regional», pelo Arq.º Mário Jorge Bruxelas.

Let's Rock'n'Roll

Secção de JORGE PINTO

DISCOS

● LEMON POPSIDE (VARIOS)

Lemon Popside é a banda sonora do filme que dá em Portugal pelo nome de «Gelado de Limão». Uma colectânea agradável e ligeira dos temas de música popular que fizeram sucesso no fim da década de 50, desde «Long Tall Sally», de Little Richard, até «Put Your head on my shoulder», de Paul Anka, passando por Bill Haley, Shadows, etc.

Um disco histórico, documentado, prazeroso e, antes do mais, música de qualidade como a que já não se faz há largos anos. A capa serve mais para dar uma imagem visual dos cantores e do estilo patente nas faixas do LP do que para chamar a atenção do eventual comprador. Sem dúvida que é um bom disco.

● RAMA LAMA (ROCKY SHARPE AND THE REPLAYS)

Mais outro grupo que tenta interpretar as canções que fizeram êxito há um bom par de dezenas de anos. Desta vez, com grande qualidade que se torna sobretudo evidente nas interpretações vocais e naquele saxofone brutal e arrebatador que fazia crescer a excitação entre os dançarinos numa era que infelizmente já não é a nossa.

De salientar a interpretação dos clássicos de Rock'n'Roll «Rama Lama» e «A Lovers question». Também excelente a faixa «Oop Doop doop». A capa procura, como a do disco anterior, recriar o ambiente e o vestuário dos anos 50 — fatos impecáveis, gravatas estreitas e aquela menina lá ao canto, olhando desconfiada para o pessoal com todo aquele ar envergonhado e preconceituoso, também próprio da época, quando ao «sexo fraco» não se permitia a mesma liberdade que nos nossos dias. Em suma, outro bom

A Administração Regional como factor básico da regionalização

A convite do Presidente da Comissão Regional de Turismo do Algarve, deslocaram-se a Faro no dia 21 de Abril, o Dr. Carmelo Aires, Presidente da Região do Alentejo e o Técnico Dr. Bento Rosado, para participarem numa reunião com o Senhor Secretário de Estado do Turismo, Câmaras do Algarve e outras Direcções Gerais, com intervenções no tema em debate.

A reunião teve particular interesse na medida em que foi possível um contacto com a problemática turística do Algarve, especialmente no contexto regional. Foi assim possível, colher-se um mínimo de informações a considerar nas futuras acções de desenvolvimento e regionalização turística do Alentejo.

O Presidente da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, deslocou-se no dia 22 a Arronches, para participar numa reunião com Câmaras do Distrito de Portalegre.

Nesta reunião foram discutidos problemas ligados à dinamização e funcionamento de mecanismos regionais próprios, em vista a se resolverem os principais obstáculos ao desenvolvimento do poder local indispensável para uma boa gestão Autárquica. Foi também analisado com as Câmaras a forma de resolver as alterações no apoio técnico, provocadas pela redefinição da área dos agrupamentos de Concelhos de Portalegre e Elvas em que do último passarão a fazer parte também os Concelhos de Arronches e Monforte que estavam in-

tegrados no agrupamento de Portalegre.

Realizando uma aspiração de há cerca de 10 anos, foram empossados nos lugares do quadro, pelo respectivo Presidente Dr. Carmelo Aires, todos os funcionários da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo.

Com a cerimónia que se realizou na sede da Comissão, dá-se mais um passo na institucionalização de um órgão regional do qual se espera uma acção fundamental na concretização de uma efectiva regionalização.

A Voz de Loulé, n.º 779, 22-5-80

TRIBUNAL JUDICIAL
DA COMARCA
DE ALBUFEIRA

ANÚNCIO

Processo n.º 35/79

(1.ª publicação)

Pelo Tribunal Judicial da comarca de Albufeira, na Acção com Processo Sumário pendente na Única Secção de Processos, movida por José Eduardo Palma Soares, solicitador com escritório nesta vila, na qualidade de Administrador da Massa Falida na Falência da firma MANCERRO, LDA., que teve a sua sede em Albufeira contra FRANK JARVIS ROGERS, residente em parte incerta da Inglaterra e com última residência conhecida em 15 Oxford Square, London W2, na Inglaterra, é este réu citado para contestar, apresentando a sua defesa no prazo de DEZ DIAS que começa a decorrer depois de findos os Éditos de TRINTA DIAS, contada da data da segunda e última publicação deste anúncio, sob cominação de vir a ser condenado no pedido e que consiste em ser o réu condenado a pagar ao autor a quantia de QUARENTA MIL OITOCENTOS E OITENTA E SEIS ESCUDOS E SESENTA CENTAVOS, acrescida de juros e demais legal, pelos fundamentos constantes da respectiva petição, cujo duplicado se encontra na Secretaria deste Tribunal à sua disposição.

Albufeira, 2 de Maio de 1980.

O Juiz de Direito,
a) Arlindo Manuel Teixeira Pinto
O Escriv. Adj.,
a) Manuel Luís Marreiros dos Reis

VENDE-SE

Um terreno na zona do Talefe, em frente ao depósito da água da Lusotur, com área de 2 133 m2.

Na mesma zona, outro terreno com 1170 m2 com vista para o mar.

Outro terreno no sítio das Terras Ruivas (junto à E. N. 125) com cerca de 2 000 m2.

Tratar com José Gonçalves Farinho — Estrada de Vale Judeu (próximo da Sociedade) — LOULÉ.

Cartório Notarial
de S. Brás de Alportel

«EUROAÇO — SOCIEDADE COMERCIAL DE FERRO, AÇO E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, LIMITADA»

CERTIFICO, para efeitos de publicação que, por escritura lavrada em 15 de Abril findo, a folhas 28 verso do livro n.º 415, deste Cartório, a cargo da notária Licenciada Soledade Maria Pontes de Sousa Inês, os únicos sócios da sociedade comercial por quotas «BATISTA & CONTREIRAS, LIMITADA», com sede em Almansil — Poço, concelho de Loulé, Francisco José Contreiras Guerreiro e Dília Maria Baeta da Conceição Batista, por terem mudado a firma social para a denominação em epígrafe, alteraram parcialmente o pacto social, ficando o seu artigo primeiro com a seguinte nova redacção:

ARTIGO PRIMEIRO — A sociedade adopta a denominação «EUROAÇO — SOCIEDADE COMERCIAL DE FERRO, AÇO E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, LIMITADA», tem a sua sede em Almansil — Poço, freguesia de Almansil, concelho de Loulé e durará por tempo indeterminado, a partir de dezoito de Fevereiro de mil novecentos e oitenta.

Está conforme o original na parte transcrita.

São Brás de Alportel, nove de Maio de mil novecentos e oitenta.

O Ajudante do Cartório,
(Assinatura ilegível)

Homenagem a Maria Campina

(continuação da pág. 1)
mais evidente depois que, em Faro, foi distinguida pelo Presidente da República com a «Comenda da Ordem de Instrução Pública» e sendo, até ao presente momento, a única algarvia possuidora de tão alto galardão, o que bem atesta o mérito da sua obra e o quanto é conhecido o seu valor.

Nessa altura, foi o reconhecimento oficial de quem tanto se tem esforçado pelo prestígio musical do nosso País e foi também uma homenagem dos alunos a quem abriu novos caminhos para que se exercitem nos primores duma arte encantadora. Associaram-se os restantes professores ao Conservatório Regional do Algarve têm dedicado também o melhor da sua boa vontade e saber, incutindo nos jovens o gosto pela música e assegurando a perene continuidade a que tem jus este poético e florido Algarve.

Depois, decorreram muitos meses até que uma carta de uma senhora louletana residente em França (publicada neste jornal) veio reavivar a ideia de que era urgente Loulé prestar também a «sua» homenagem à insigne pianista Maria Campina.

A ideia já estava latente em algumas das suas amigas e admiradoras e por isso foi fácil estimular vontades, estabelecer contactos, conseguir a colaboração de entidades oficiais e elaborar um programa. Dessa missão se encarregou uma Comissão de senhoras louletanas, a qual contou com o apoio da Câmara de Loulé, de quem aliás dependia o factor mais importante da homenagem que se pretendia levar a efeito: a colocação de uma placa toponímica com o nome de Maria Campina numa rua de Loulé.

Foi fácil um consenso comum de que a Rua da Carreira seria a mais indicada porque aquela era apenas uma denominação tradicional e ainda não oficialmente aceite e também por se tratar do local de nascimento da ilustre pianista, muito embora a casa já tivesse sido demolida há anos.

Fixada a data de 4 de Maio, foi estabelecido o programa, que se dividiu em 3 fases: sessão solene na Câmara Municipal, descerramento da lápide e espectáculo cultural no Cine Teatro.

Com o Salão Nobre repleto de público, o sr. Presidente da Câmara abriu a sessão começando por se regozijar com a presença de tantas pessoas que ali estavam para prestar homenagem a uma louletana ilustre, acrescentando que Loulé estava em dívida para com a D. Maria Campina e que por isso concordara de imediato logo que lhe foi sugerida a homenagem que naquele momento se concretizava, a qual «calava bem fundo no seu coração».

O Eng.º Cristóvão Mealha referiu-se depois à extraordinária acção desenvolvida por Maria Campina desde que, em 1972, se fixou em Faro após os perseverantes esforços desenvolvidos para que fosse criado o Conservatório Regional do Algarve e cuja direcção lhe foi confiada, recordando depois quão valioso foi o apoio que deu a um grupo de louletanos quando, há cerca de 20 anos se procurou criar em Loulé uma Delegação da Pró-Arte, numa tentativa muito válida de contribuir para a elevação do nível musical da nossa terra.

Apesar dos seus muitos azares, Maria Campina foi a grande impulsora desse movimento e, durante alguns anos, com a sua fé, elevado espírito de sacrifício e grande dedicação pela música, acarinhou um grupo que se propunha trazer a Loulé artistas de reconhecimento mérito. Aliás, o início da actividade da Pró-Arte foi marcado com uma memorável jor-

nada artística em que Maria Campina foi a figura principal no cinema local. Graças à sua preciosa e desinteressada colaboração, ainda foi possível realizar vários concertos na Câmara e em casas particulares.

O sr. Presidente da Câmara referiu-se ainda à febril actividade de Maria Campina, não só como professora, mas também pelos numerosos concertos que tem realizado não só em todo o País como também em África e em diversas capitais europeias em cujo meio musical o seu nome se tornou conhecido e admirado. No Funchal dirigiu a Academia de Música e conseguiu ainda dispor de tempo para dar conferências, escrever em jornais e revistas, palestras na rádio, tendo fundado uma delegação da Pró-Arte na ilha da Madeira.

O sr. Eng.º Cristóvão Mealha mencionou também o facto de Maria Campina ter sido agraciada com a Comenda da Ordem de Instrução Pública para dizer que faltava o reconhecimento da sua terra natal, o que justificava aquela festa de homenagem como preito de gratidão pelo muito que tem feito para elevar o nome de Loulé e do Algarve.

Como Vereadora do Pelouro da Cultura, falou depois a sr.ª Dr.ª Odete Guerreiro que disse sentir-se extremamente honrada e feliz por poder dizer algumas palavras de justificação do acto a que estávamos assistindo, referindo-se ao facto de ser de inteira justiça que a Câmara colaborasse na festa de homenagem a Maria Campina, acrescentando: «Até há pouco tempo, estas festas de homenagem a quantos se notabilizavam no campo da cultura, da inteligência, e da arte, tinham quase sempre carácter póstumo. O mundo da cultura era coisa à parte e esquecida. Hoje, estamos aqui a homenagear Maria Campina (que Deus lhe dê muitos e bons anos de vida) e isto ninguém pode negar, é prova evidente que alguma coisa mudou, que uma conquista irreversível foi consumada e que é preciso continuar no bom caminho».

A Dr.ª Odete frisou ainda: «É

Natércia & Carmo, Limitada

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno António da Rosa Pereira da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de hoje, lavrada de fls. 122 a 123, do livro n.º C-114, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi dissolvida a sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, com sede na Rua Projectada à Avenida Infante de Sagres, Lote 2, 4.º, frente, da povoação e freguesia de Quarteira, concelho de Loulé, com a firma de «Natércia & Carmo, Lda.», dada como liquidada, encontrando-se devidamente aprovadas as contas sociais.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 14 de Maio de 1980.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

por gratidão que aqui estamos reunidos em singela mas comumente homenagem a uma Mulher que, pelo seu valor indiscutível, e pela coragem com que lutou ao longo da sua vida artística e pelo carinho com que se dedicou e continua a dedicar-se à juventude, tem sabido impôr-se à consideração dos seus compatriotas, terminando por desejar que «esta homenagem possa servir de estímulo ao desenvolvimento da cultura na nossa Vila de Loulé».

Usou depois da palavra a sr.ª D. Clementina Marques, que se referiu ao facto de ter conhecido Maria Campina nos bancos da escola, circunstância que lhe trouxe à memória episódios dos primeiros êxitos de uma jovem cuja propensão para a arte musical tão cedo se revelou. A oradora referiu-se depois aos contínuos sucessos musicais da sua amiga, terminando por lhe endereçar as homenagens e desejos sinceros de felicidades, com as seguintes palavras: «Dos louletanos e dos algarvios, trago um recado para te dar: Estamos orgulhosos de ti».

Em nome da Casa do Algarve, que assim se associava à homenagem, falou o Grande Amigo de Loulé sr. Dr. Joaquim Magalhães, começando por dirigir uma palavra comovida a todos os presentes afirmando: «os de Loulé são assim» e acrescentando: «Os da minha terra também são assim: Não gostam de deixar por mãos alheias o enaltecimento dos bons da sua terra, para que não sejam só os outros a prestar homenagens», frisando que «A festa de Loulé é diferente da de Faro. Lá, foi o reconhecimento oficial do Governo. Aqui, é a festa da família louletana. Lá, a formalidade. Aqui é a espontaneidade manifestada pelos seus contemporâneos e amigos. Lá, a artista e pedagoga, a criadora de Academias, a arte além fronteiras. Aqui, é a «Pereirinha», que ao longo de toda a sua vida se tem interessado pelo progresso de Loulé, pelas músicas de Loulé, pelo desenvolvimento musical dos seus contemporâneos, facto que há anos a levou a agir com grande entusiasmo para conseguir da Fundação Gulbenkian a oferta de um rico instrumental que possibilitou à Banda Artistas de Minerva a renovação do seu antiquado material e o consequente renovescimento das suas gloriosas tradições», acentuando que «Maria Campina tem feito mais pelos outros do que por si mesma».

O sr. Presidente da Câmara de Faro também esteve presente nesta homenagem à nossa ilustre contemporânea e usou da palavra para enaltecer o trabalho de Maria Campina, frisando que só com a vontade férrea que tem revelado ser possuidora teria sido possível vencer tantas barreiras que tem ultrapassado, a ponto de «das arrelhas fazer alegrias», tendo deixado de ser de Loulé para ser do País» como figura que se tem revelado além fronteiras, prestigiando-nos no campo musical. Foram lidas cartas/mensagens de alunos e amigas de Maria Campina que não puderam estar presentes mas que não quiseram deixar de se associar à justa homenagem de que estava sendo alvo tão distinta louletana.

Impossibilitado de estar presente, o sr. Governador Civil de Faro não quis no entanto deixar de se associar a esta homenagem através de uma carta que endereçou à Comissão Organizadora e na qual «garante a certeza da minha comunhão com a homenagem que está a ser alvo a pianista D. Maria Campina», acrescentando:

«É um facto que num País tão pobre no aspecto musical como é Portugal ainda vão aparecendo aqueles que, fruto dum enorme talento e muito trabalho» (continua na pág. 7)

EM PORTIMÃO

II Jornadas Cooperativas das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo

Assistimos à II Jornada das Caixas Agrícolas em Portimão, como tínhamos assistido às primeiras em Monchique. Numa e noutras muito foi dito que, posto em prática, pode resultar o bem da agricultura e do crédito agrícola, que uma vez feito através das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo financiadas directamente pelo Banco de Portugal a juros que permitem empréstimos aos sócios, a taxas inferiores a 10% ao ano, mediante processos com garantia mas isentos de burocracia, é natural que contribuam para despertar alguns valores que ainda existem nos campos agrícola e pecuário, mas que perante as exigências dos que financiam se quedam.

Deixarem as Caixas de ser financiadas pela C. G. D., para serem financiadas pela IFADAP, duvidamos do resultado porque os juros são sensivelmente iguais e os processos para obtenção do crédito mais difíceis.

Dos oradores que usaram da palavra em Portimão, todos com conhecimentos profundos de Cooperativismo, um houve, o sr. Presidente do Instituto António Sérgio, que se debruçou sobre mutualidade, citando como exemplo de auxílio mútuo o Montepio Geral. Este Instituto como Cooperativo que é, uma vez actuando como Banco para as Cooperativas de Crédito que são as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo admitamos um passo em frente, para que estas não percam o espírito de auxílio mútuo que orientam os que deram origem à Lei 215 de 1914 através da qual surgiram muitos Directores trabalhando por amor à Colectividade e criando Caixas Agrícolas sem outros auxílios que não fora o seu trabalho leal e desinteressado.

Assim, do nada se fez muito, pelo que me atrevo a defender crédito Agrícola Mútuo digno de tal nome, que nunca poderá ser atingido por funcionamentos de organização como o IFADAP que não tendo algo de Cooperativo pode vir a contribuir para que as Caixas Agrícolas venham a funcionar em condições análogas às dos Bancos Comerciais, promovendo indirectamente a ruína do pouco que ainda vale os agricultores em transes difíceis. Se o Governo da Nação está empenhado em fortalecer as Caixas Agrícolas como depreendi das palavras proferidas por alguns representantes, que tenha a coragem da criação dum Banco Cooperativo onde só a acção cooperativa esteja presente, quer pelo comportamento do pessoal que for-

me o seu quadro, que bem lhe ficará ser comedido nas suas petições, quer pelas facilidades do Estado na respectiva organização que entre outras coisas terá de interceder para fundos monetários que permitam conceder aos sócios das Caixas financiamentos que os estimule, porque caso contrário a nossa agricultura nunca atingirá condições para que Portugal ingresse na C. E. E.

O sr. Governador Civil ao usar da palavra revelou estar a par do que o Algarve carece para ir mais além nos campos agrícola e pecuário. Mas se a instabilidade Governativa se acentua de dia para dia pelos jogos malabares dos políticos sem escrúpulos, conseguirá ao menos interceder para evitar o agravamento do problema da água?

J. PISCARRETA

ASSOCIAÇÃO DA IMPRENSA REGIONALISTA ALGARVIA

CONVOCATÓRIA

A Comissão Organizadora e Instaladora da Associação da Imprensa Regionalista Algarvia convoca os Sócios da mesma Associação para reunirem em Assembleia Geral, no dia 14 de Junho próximo, pelas 15 horas, no salão da Escola de Hotelaria e Turismo, em Faro, com a seguinte ordem de trabalhos:

a) — Discussão e votação do projecto dos Capítulos I e II do Regulamento Interno, previsto no Art.º 8.º dos Estatutos;

b) — Fixação do quantitativo da jóia de inscrição, quota mensal e taxa de emissão e revalidação do cartão de identificação dos Sócios;

c) — Eleição da Mesa da Assembleia Geral, Direcção e Conselho Fiscal.

Se à hora indicada não houver número de Sócios suficientes para a Assembleia reunir, a mesma reunirá uma hora depois e no mesmo lugar, então com qualquer número de Sócios. Os Sócios residentes fora do Algarve, bem como os que deste se encontram temporariamente ausentes, podem fazer-se representar por outros Sócios, mediante carta-credencial que será apresentada pelos representantes à Mesa da Assembleia, quando esta proceder à chamada.

Faro, 15 de Maio de 1980.

Pel'A Comissão Organizadora,
Herculano X. de Oliveira
Valente
Secretário

DESPORTO

● BRIDGE

VIII TORNEIO INTERNACIONAL «PRIMAVERA EM VILAMOURA»

Cumprindo o calendário de animação o Clube Dom Pedro organizou a 8.ª edição do Torneio Internacional de Bridge «Primavera em Vilamoura» que teve a participação de largas dezenas de concorrentes de Portugal e de Espanha.



— Maria, isto não pode continuar assim... É uma vergonha. Vou meter outra!

— Acho que sim minha senhora. Há trabalho para duas...

● TÊNIS

EQUIPA ALGARVIA VENCE EM GRANADA (ESPANHA)

Na sequência das anteriores disputas do «Algarve - Andaluzia», realizadas em Vilamoura, decorreu em Granada o I «Andaluzia/Algarve», sendo a representação algarvia constituída pelo Clube Dom Pedro. Ao contrário das anteriores competições, em que a vitória foi dos espanhóis, desta feita o êxito foi da equipa portuguesa. Os encontros disputaram-se nos courts do clube «El Serrallo».

De referir que os meios de comunicação social granadinos deram ampla divulgação ao acontecimento pelo que foram amplamente atingidos também os objectivos de promoção turística do Algarve.

SOCIEDADE AGRÍCOLA DE VILAMOURA

RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 1979

Relatório do Conselho de Administração

Senhores accionistas:

1 — Nos termos estatutários vem o Conselho de Administração dar contas da actividade do décimo segundo ano de existência da Sociedade.

Na sequência da orientação contida no plano de desenvolvimento elaborado em 1976, podem mencionar-se os factos mais relevantes da gestão do ano agora relatado:

— Promoção das condições de habitação e de trabalho:

Procedeu-se à atribuição das novas residências para pessoal. Estas residências foram construídas pela Lusotur e a sua utilização tornou-se possível mediante um contrato cujas condições foram fixadas por aquela entidade em termos que, considerado o custo actual da construção, se devem julgar muito favoráveis ao propósito social que envolveu.

A locação aos utentes é feita segundo a legislação vigente em matéria de descontos para alojamento de trabalhadores.

Esta disponibilidade de alojamentos tornou possível o desbloqueamento de admissões de pessoal técnico que, procurando emprego, não poderia candidatar-se aos nossos quadros por carência de habitações na região ou por motivo de níveis de rendas demasiado altas.

Passou a utilizar-se o novo

edifício, também construído para o efeito pela Lusotur, dos Serviços Administrativos o que permitiu fazer as admissões de pessoal de quadros que a actividade há muito tempo reclamava.

— Intensificação do uso do solo:

Procedeu-se à ampliação da área de culturas protegidas e estabeleceram-se condições de trabalho favoráveis à ampliação das áreas da cultura hortícola em geral, o que se traduziu numa significativa intensificação cultural. Em particular as acções de mecanização foram amplamente alargadas.

— Evolução da actividade pecuária:

Foram mantidas as relações com os serviços da especialidade no sentido de dar seguimento às diligências para a criação do centro de produtores selectos de Vilamoura, dependente de promulgação de legislação.

— Evolução da actividade de comercialização dos produtos agrícolas:

Foram estabelecidos contactos com diversas entidades para efeitos de se obter colaboração no processo produtivo e comercial dos produtos agrícolas, nomeadamente nas espécies hortofrutícolas susceptíveis de concorrência aos mercados ex-

ternos. Espera-se que em consequência, a evolução da actividade possa integrar-se no movimento de recuperação agrícola nacional tão desejado e necessário.

2 — Durante o exercício foi despachado o pedido de empréstimo interposto no Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária, no entanto, reduzido ao valor de cerca de 600 contos.

Este assunto aguarda solução da forma de prestar as garantias necessárias, em que deverá intervir a Lusotur, sarl, como proprietária da área agrícola.

3 — Em 1979 não se sentiu abrandar a incidência do agravamento dos factores de produção. A subida dos preços dos produtos agrícolas no consumidor atenuou em parte tais agravamentos que, no conjunto, encontram na desorganização dos circuitos comerciais o melhor aliado.

A produtividade da mão de obra foi ligeiramente melhorada, devendo-se em grande parte essa melhoria às medidas de prevenção contra o absentismo e fraco rendimento na execução das tarefas manuais do campo.

4 — As condições climatológicas foram pouco favoráveis ao estabelecimento das culturas de primícias de ar livre. Desta situação, derivaram fracos resultados nalgumas culturas, como foi o caso do melão, em que alcançamos somente metade da produção prevista. Em contra-

partida beneficiaram as culturas protegidas e as forrageiras.

5 — Os valores imobilizados no exercício totalizaram a importância de Esc. 4 136 024\$30, tendo sido contemplado mais significativamente o sector da horticultura, mediante a renovação e ampliação de áreas e infra-estruturas, conforme se deduz do resumo seguinte:

IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

— Edifícios e outras construções ...	444 207\$60	
— Equipamento básico e outras máquinas e instalações ...	1 022 557\$00	
— Ferramentas e utensílios ...	113 628\$00	
— Equipamento administrativo e social e mobiliário diverso ...	134 961\$00	1 715 353\$60

IMOBILIZAÇÕES EM CURSO

— Obras em curso ...	1 364 512\$50	
— Plantações em curso		
Morangal ...	1 056 158\$20	2 420 670\$70
		4 136 024\$30

6 — O valor total do produto da exploração foi de Esc. 48 107 587\$60, tendo-se verificado um aumento de 14% em relação ao ano anterior. Relativamente a 1977 o aumento acumulado foi de 22%.

Os resultados correntes do exercício foram de Esc. 7 914 565\$30, os quais conjugados com resultados extraordinários e os de anos anteriores perfazem Esc. 8 412 901\$50.

Este resultado é fortemente influenciado pela variação de valor da manada bovina, actualizada em termos de peso e preço oficial da carcaça.

Este critério valorimétrico, que nos parece mais correcto passará a ser observado a partir deste exercício.

Por outro lado há também que tomar em conta o acerto do cri-

tério de amortizações que envol-

ve as imobilizações em algumas culturas nomeadamente as forrageiras multianuais, os pomares, vinha de mesa e plantações de morangos e que se expressa pela quantia de Esc. 1 331 152\$.

7 — Os resultados líquidos do exercício são de Esc. 8 412 901\$50, para os quais considerando o teor do art.º 23.º dos estatutos, temos a honra de propor a atribuição seguinte:

— PARA RESERVAS

Reservas estatutárias 420 645\$10

— PARA RESULTADOS TRANSITADOS —7 992 256\$40

8 412 901\$50

8 — Em 1979 foi-nos facultada colaboração muito valiosa por diversas entidades oficiais e privadas, nomeadamente a Direcção dos Serviços de Agricultura e Cooperativa Agrícola de Produtores de Leite de Faro e ainda por diversas empresas e pessoas ligadas ao ramo da agricultura.

A todas apresentamos o melhor reconhecimento.

A Lusotur, pela colaboração e contribuição prestadas, mormente nos aspectos financeiros e de solução dos problemas candentes do alojamento do pessoal, e ainda pelo apoio em numerosas ocasiões, o nosso maior agradecimento.

Também aos elementos do Conselho Fiscal pela excelente colaboração prestada apresentamos os nossos agradecimentos e reconhecimento profundo.

Finalmente aos Trabalhadores da Sociedade e em particular aos que com plena consciência das dificuldades deparadas deram o melhor do seu esforço, colaborando intensamente com a Administração na remodelação e dinamização das actividades, desejamos expressar igualmente uma palavra de estímulo e de reconhecimento.

Vilamoura, 12 de Fevereiro de 1980.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

— LUSOTUR — Sociedade Financeira de Turismo, SARL, representada por Júlio Fernando da Cunha Baptista Coelho

— CONSTRUÇÕES VILAMOURA, SARL, representada por Francisco Xavier Ferrão de Castelo Branco; e,

— António Manuel de Medeiros, Administrador-Delegado

BALANÇO ANALÍTICO

ACTIVO			PASSIVO		
	Activo Bruto	Prov., Amort. e Reintegr.	Activo Líquido		Passivo e Situação Líquida
DISPONIBILIDADES					
Caixa	24 100\$90		24 100\$90	DEBITOS A CURTO PRAZO	
Depósitos à Ordem	499 037\$20		499 037\$20	Clientes, c/c	3 560\$40
	523 138\$10		523 138\$10	Fornecedores, c/ gerais	5 142 690\$70
CRÉDITOS A CURTO PRAZO					
Clientes, c/ gerais	3 917 371\$70		3 917 371\$70	Empréstimos bancários	3 199 220\$00
Fornecedores, c/c	82\$00		82\$00	Sector público estatal	5 675 138\$40
Adiantamentos a fornecedores	60 370\$00		60 370\$00	Cred. por fornec. de imobiliz. c/c	833 030\$60
Outros devedores	454 680\$00		454 680\$00	Outros credores, c/gerais	11 742 446\$00
	4 432 503\$70		4 432 503\$70	Provisões para impostos s/ os lucros	3 200\$00
EXISTÊNCIAS					
Produtos acabados	16 200 754\$10		16 200 754\$10		26 599 236\$10
Subprod., desp., resid. e refugos	1 100\$00		1 100\$00	DEBITOS A MÉDIO E LONGO PRAZO	
Produtos e trabalhos em curso	2 377 436\$20		2 377 436\$20	Empréstimos bancários	15 500 000\$00
Mat. prim., substd. e de consumo	3 680 063\$10		3 680 063\$10	Outros empréstimos obtidos	651 220\$40
	22 259 353\$40		22 259 353\$40		16 151 220\$40
IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS					
Participações de capital n/ empresas	20 740\$00		20 740\$00	TOTAL DO PASSIVO	42 750 506\$50
	20 740\$00		20 740\$00	SITUAÇÃO LÍQUIDA	
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
Edifícios e outras construções	11 937 157\$10	2 385 469\$10	9 551 688\$00	CAPITAL	
Equip. bas. e out. máq. e instal.	16 589 071\$10	6 747 440\$20	9 841 630\$90	Capital social	4 200 000\$00
Ferramentas e utensílios	477 800\$70	208 921\$00	268 879\$70	RESERVAS	
Material de carga e transporte	732 057\$00	498 431\$80	233 625\$20	Reservas estatutárias	207 153\$60
Equip. adm. e social e mob. div.	578 824\$40	172 941\$60	405 882\$80	RESULTADOS TRANSITADOS	
Benfeitorias	447 093\$30	8 941\$90	438 151\$40	Exercício de 1977	— 1 120 801\$40
Outras imobilizações corpóreas	5 217 060\$40	1 333 033\$00	3 884 027\$40	Exercício de 1978	+ 1 021 988\$60
	35 979 064\$00	11 355 178\$60	24 623 885\$40		— 98 812\$80
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO					
Obras em curso	3 497 118\$70		3 497 118\$70	RESULTADOS LÍQUIDOS	
	3 497 118\$70		3 497 118\$70	Resultados correntes do exercício	+ 7 914 565\$30
CUSTOS ANTECIPADOS					
Despesas antecipadas	19 059\$50		19 059\$50	Result. extraordinários do exercício	+ 147 931\$90
Outros custos plurienais	95 950\$00		95 950\$00	Result. de exercícios anteriores	+ 350 404\$30
	115 009\$50		115 009\$50	RESULT. ANTES DOS IMP.	+ 8 412 901\$50
TOTAL DAS AMORTIZAÇÕES E REINTEGRAÇÕES					
		11 355 178\$60		Prov. p/ imp. s/ os lucros	—\$—
TOTAL DO ACTIVO					
			55 471 748\$80	RES. LIQU. DEPOIS DOS IMP.	+ 8 412 901\$50
CONTAS DE ORDEM					
Acções em caução			150 000\$00	TOTAL DA SITUAÇÃO LÍQ.	+ 12 721 242\$30
CONTAS DE ORDEM					
Credores por acções em caução 150 000\$00					

O TÉCNICO DE CONTAS
Francisco do Rosário da Silva Marçal

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
LUSOTUR — Sociedade Financeira de Turismo, SARL
Representada por Júlio Fernando da Cunha Baptista Coelho
CONSTRUÇÕES VILAMOURA, SARL
Representada por Francisco Xavier Ferrão de Castelo Branco
António Manuel de Medeiros — Administrador Delegado

SOCIEDADE AGRÍCOLA DE VILAMOURA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS LÍQUIDOS (EXERCÍCIO DE 1979)

EXISTÊNCIAS INICIAIS				VENDA DE MERCAD. E PRODUTOS			
Matérias primas, sub. e de cons.	3 372 338\$70			Produtos acabados	47 392 878\$60		
COMPRAS				Sub. desp. resid. e ref.	714 709\$00	48 107 587\$60	
Mat. prim. sub. e de cons.	19 237 036\$00			TRAB. P/ PRÓPRIA EMPRESA			
	22 609 374\$70			VARIACÃO DE PRODUÇÕES			
EXISTÊNCIAS FINAIS				Existências finais:			
Mat. primas subsidiárias e de consumo	-3 680 063\$10			Produtos acabados	16 200 754\$10		
				Sub. desp. resid. e ref.	1 100\$00		
CUSTO DAS EX. VEND. E CONS.				Prod. e trab. em curso	2 377 436\$20	18 579 290\$30	
Mat. primas, subsidiárias e de consumo	18 929 311\$60			Regularização de existências			
FORN. E SERV. DE TERCEIROS	8 192 238\$30			Produtos acabados	159 431\$90	-159 431\$90	
IMPOSTOS INDIRECTOS	119 257\$00	8 311 495\$30	27 240 806\$90	Existências iniciais			
				Produtos acabados	11 110 733\$00		
DESPESAS COM O PESSOAL				Sub. desp. resid. e ref.	1 612\$00		
DESPESAS FINANCEIRAS	1 993 004\$80			Prod. e trab. em curso	1 054 480\$50	-12 166 825\$50	
OUTRAS DESP. E ENCARGOS	1 064 609\$00	19 240 068\$00		Aument./red. dos prod.			
				Produtos acabados	4 930 589\$20		
AMORT. E REINT. DO EXERC.				Sub. desp. resid. e ref.	512\$00		
	3 425 740\$50	22 665 808\$50		Prod. e trab. em curso	1 322 955\$70	6 253 032\$90	6 253 032\$90
PERD. EXTRAORD. DO EXERC.				SUBSÍDIOS DESTA EXPLORA.			
	11 500\$00			RECEITAS SUPLEMENTARES			
PERD. EXERC. ANTERIORES	89 232\$30	100 732\$30			1 037 223\$00		
					129 246\$60	1 166 469\$60	
RESULTADOS LÍQUIDOS				RECEIT. FINANC. CORRENTES			
					109 176\$70		
				OUTRAS RECEITAS			
					257 082\$10	366 258\$80	
				GANHOS EXTR. DO EXERCÍCIO			
					159 431\$90		
				GANH. DE EXERC. ANTERIORES			
					439 636\$60	599 068\$50	
							58 420 249\$20

O TÉCNICO DE CONTAS
Francisco do Rosário da Silva Marçal

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
LUSOTUR — Sociedade Financeira de Turismo, SARL
Representada por Júlio Fernando da Cunha Baptista Coelho
CONSTRUÇÕES VILAMOURA, SARL
Representada por Francisco Xavier Ferrão de Castelo Branco
António Manuel de Medeiros — Administrador Delegado

Anexo ao balanço e à demonstração de resultados do exercício de 1979

Parecer do Conselho Fiscal

5 — Movimento com associados:				— Pecuária:			
Créditos a curto prazo:				Avicultura	2 506 422\$40		
— LUSOTUR — Soc. Financeira de Turismo, SARL				Bovinicultura	9 918 536\$20		
— CONSTRUÇÕES VILAMOURA, SARL							
11 585 866\$50				Imobilizações implantadas em propriedade alheia:			
9 060\$90				— Edifícios e outras construções	11 937 157\$10		
8 — Critérios valorimétricos:				— Equipamento básico e outras máquinas e instalações	5 228 814\$50		
Matérias primas, subsidiárias e de consumo:				— Benfeitorias	447 093\$30		
— Custo de aquisição				— Outras imobilizações corpóreas	5 217 060\$40		
Produtos acabados				Imobilizações em curso afectas a cada uma das actividades da empresa:			
— Custo padrão				— Administração	1 443 440\$90		
10 — Valor global dos créditos s/ o pessoal e débitos a este:				— Agricultura	1 425 396\$90		
— Débitos do pessoal				— Armazém	2 595\$90		
— Créditos do pessoal				— Instalações tecnológicas:			
11 — Saldo da conta «Imposto de transacções» e valor liquidado no exercício:				Moagem	71 735\$10		
Saldo em 31-12-79				— Máquinas e implementos agrícolas	540 281\$60		
— Valor liquidado em 1979				— Pecuária:			
16 483\$40				Bovinicultura	13 668\$30		
212 409\$00				Imobilizações em curso implantadas em propriedade alheia			
12 — Desdobramento das despesas com o pessoal:					3 489 900\$00		
— Remunerações dos corpos gerentes				18 — Forma como se realizou o capital social:			
— Ordenados e salários				— Por emissão de acções	4 200 000\$00		
— Remunerações adicionais				20 — Participação das associadas no capital da empresa:			
— Encargos sobre remunerações				LUSOTUR — Sociedade Financeira de Turismo, SARL	4 091 000\$00		
— Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais				CONSTRUÇÕES VILAMOURA, SARL	50 000\$00		
— Outras despesas com o pessoal				24 — Movimento das contas da situação líquida:			
17 — Imobilizações corpóreas e em curso:				Contas	Saldo Inicial	Mov. Exerc.	Saldo Final
Imobilizações afectas a cada uma das actividades da empresa:				Capital social	4 200 000\$00	—	4 200 000\$00
— Administração				Reservas leg. e estat.	207 153\$60	—	207 153\$60
— Agricultura				Result. transitados	(1 120 801\$40)	(1 021 988\$60)	(98 812\$80)
— Armazém				Result. líquidos	(1 021 988\$60)	8 412 901\$50	7 390 912\$90
— Instalações tecnológicas				26 — Credores por acções em caução			150 000\$00
Adega e destilaria							
Moagem							
Máquinas e implementos agrícolas							
Oficinas							

Inventário das participações financeiras em 31 de Dezembro de 1979

DESIGNAÇÃO	Quantidade	Valor Nominal	Preço Médio de Compra	Cotação em Bolsa	Valor de Balanço		Valor Total de Aquisição	Diferenças	
					Unitário	Total		Flutuação de Valor	Perd Lev. Result.
COOPERATIVA AGRÍCOLA DOS PRODUTORES DE LEITE DO DISTRITO DE FARO	1	100\$00	—	—	100\$00	100\$00	100\$00	—	—
ADEGA COOPERATIVA DE LAGOA	688	30\$00	—	—	30\$00	20 640\$00	20 640\$00	—	—

O TÉCNICO DE CONTAS
Francisco do R. da S. Marçal

Pel'O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
O Administrador-Delegado
António Manuel de Medeiros

Senhores Accionistas.

Nos termos da Lei e dos Estatutos, tem este Conselho o prazer de apresentar a V. Exas o seu parecer sobre o Relatório, o Balanço de Contas, com referência do ano de 1979 que o Conselho de Administração nos submeteu.

Ao longo do exercício acompanhamos, com o maior interesse, o esforço desenvolvido pela Administração no desenvolvimento das várias culturas agrícolas.

Estamos certos que a reestruturação do quadro de pessoal que tem estado a ser levado a cabo dará os seus frutos já em 1980, conseguindo-se uma melhor produtividade nas várias actividades da exploração.

Tal como temos vindo a assinalar nos relatórios anteriores, a reorganização dos serviços continuou a avançar, sendo possível proceder-se agora a várias análises através dos dados estatísticos já existentes e de uma contabilidade analítica a funcionar razoavelmente, atentas as enormes dificuldades que pelas características especiais desta actividade, se torna necessário ultrapassar.

Assim, do funcionamento de um melhor quadro de pessoal e da existência de maior e melhor qualidade de elementos de análise, estamos certos que em 1980 será possível estabelecer índices e controlos, se não de todas, pelo menos de algumas actividades, que permitam aumentar a sua produtividade, o que em muito rentabilizará a exploração agrícola. Estão neste caso, muito especialmente, a bovinicultura e a avicultura, as quais merecem a maior atenção quer no controle de qualidade, quer nos índices de conversão, dado o seu peso relativo na receita total da exploração.

Numa actividade extraordinariamente difícil no que concerne à comercialização dos seus produtos, damos o nosso inteiro apoio aos esforços desenvolvidos pela Administração neste campo, esperando que os mesmos se concretizem com êxito.

Passando à apreciação do Ba-

(continua na pág. 9)

PARA QUANDO A PRIMEIRA CENTRAL SOLAR NO ALGARVE?

Durante um programa de televisão, o Eng.º Álvaro Barreto, ministro da Indústria e Energia, revelou ter dado luz verde à EDP para estudar a proposta de uma central solar com a capacidade de 100 quilovátios, a situar no Alentejo.

A proposta, soube-se depois, partiu de uma empresa alemã especializada na exploração de energia solar, a MAN, em conjunto com a Dornier, na sequência de contactos durante o Congresso da Associação Alemã para a Energia Solar, celebrado em Outubro de 79 em Lisboa.

A central proposta pertence ao tipo denominado solar «farm» (quinta solar) e é como uma quinta agrícola, dentro de uma área semelhante à de um campo de futebol. Simplesmente, em vez de batatas, semeia-se sol...

Semeia-se como? Através de 48 espelhos, divididos por 12 módulos, cada um oito metros de comprimento por cinco de altura. A gravura que ilustra

a 1.ª página é mais esclarecedora: uma imagem, como dizem os chineses, vale bem mil palavras...

Não se sabe quanto custa uma central Solar deste tipo. Na França, existem já várias, com uma rentabilidade que dizem fabulosa: na realidade, o sol ainda é grátis e é só recebê-lo, de mão beijada.

O que não se compreende é a escolha do Alentejo para experiência piloto, quando no Algarve se têm efectuado uma série de Congressos e Simpósios, para o aproveitamento da luz solar, reconhecida pelos cientistas como «única em Portugal».

Uma vez mais marginalizados, nós, algarvios, interrogamo-nos sobre as causas deste ostracismo: até o próprio sol nos negam como o melhor de Portugal, preferindo o do Alentejo, talvez por ser bastante quente a temperatura da reforma agrária... A do astro-rei, essa, com certeza, não é como a nossa...

Infelizmente, os políticos só se lembram de nós quando é para passar férias... Filhos da política, só da política sabem viver o não deixam viver os outros...

V. R.

AO DIVINO ESPÍRITO SANTO

Agradeço graça recebida.
C. F. C.

EM 10 DE JUNHO Confraternização dos regressados de Moçambique

Alte, e mais propriamente a sua típica e já muito conhecida Fonte Grande, será de novo cenário de uma simpática festa de confraternização que já em 1979 foi um êxito e um estímulo para novos encontros.

Trata-se de um piquenique a realizar no próximo dia 10 de Junho (feriado nacional), e em que participarão numerosas pessoas que durante anos viveram em Moçambique e foram forçadas a regressar a Portugal e em consequência da «exemplar descolonização» de que foram vítimas.

Como habitualmente, trata-se de um convívio informal, para os que viveram em Moçambique e convidados, em que cada um leva que comer e beber!... menos água porque há lá muita...

PRECISA-SE

CABELEIREIRA profissional para dirigir ou explorar por sua conta Salão e Boutique com óptima clientela.

Contactar: Rua de Portugal, 2-1.º, Esq.º — Telefone 25184 — FARO.

HOMENAGEM a Maria Campina

(continuação da pág. 4)

lho e dedicação, conseguem alcançar posições de grande prestígio que muito nos dignificam e orgulham. Daí que as diversas homenagens e condecorações de que D. Maria Campina tem sido alvo constituem um justo e merecido prémio, que também são, ao fim e ao cabo, uma grande honra para o Concelho de Loulé, donde é natural, e para o nosso Algarve».

Por tudo isto, o Governador Civil crente de ser fiel intérprete do sentir dos algarvios associa-se à homenagem com um simples e profundo: BEM HAJA E MUITO OBRIGADO!

Nitidamente comovida com tantas e tão claras provas de amizade e simpatia que lhe tocaram profundamente o coração, falou depois a homenageada, começando por dizer: «Quiz Deus que eu estivesse aqui hoje, rodeada dos meus amigos para, na minha terra, receber tão gentil homenagem! É para mim grande honra ver o meu nome ligado à terra onde nasci! E para vós, que aderistes a essa ideia e estais aqui presentes, o meu muito obrigado, do fundo do meu coração».

Sem conseguir evitar as lágrimas de emoção que lhe afloraram ao rosto, Maria Campina prosseguiu com dificuldade para se referir às lindas palavras que lhe foram dirigidas, frisando que sempre tem servido a música o melhor que tem podido, não só como pianista como também professora, sem nada pedir em troca, «senão que as pessoas amem a música com o mesmo amor e entusiasmo que eu lhe dedico».

Recordando os seus tempos de menina, lembrou que já aos 5/6 anos de idade pedira a seus pais para aprender música, mas que só aos 7 anos conseguiu iniciar as aulas com o saudoso Mestre Pires, ao tempo regente da Música Nova e grande entusiasta da divina arte de Mozart. Referiu-se depois ao facto de em 1923/24 se ter criado uma escola de música em Loulé que, sem ser oficial, teve no entanto o apoio do Presidente da Câmara e de alguns pais de jovens candidatos a aprendizes de música. A continuidade dessa escola foi depois assegurada pela professora sr.ª D. Isabel Douro que, depois de formada, voltou a Loulé e aqui tem mantido, bem vivo, o gosto pela música, pelo que pediu uma salva de palmas para a senhora ali presente.

Frizando a necessidade de se manter e até dinamizar a escola de música de Loulé, D. Maria Campina disse que «é bonito ter um ideal, mas é ainda

melhor concretizá-lo» além de que a escola é necessária para desenvolver nos louletanos o gosto natural que têm pela música, acrescentando: «A arte é beleza e é preciso aprendermos a tratar a música como tal. Todos ficaremos enriquecidos porque a arte forma o carácter e a sensibilidade do ser humano». Visivelmente sensibilizada, terminou com as seguintes palavras: «Mais uma vez muito obrigada e que Deus vos ajude em tudo o que fizerdes em prol da Cultura da nossa terra».

Todos os oradores foram alvo de calorosas palmas.

Os participantes desta sessão solene dirigiram-se depois à antiga rua da Carreira, onde se procedeu ao desceramento da placa toponímica com a designação de «Rua Maria Campina — Pianista — Fundadora do Conservatório Regional do Algarve — Comendadora da Ordem da Instrução Pública», acto que foi assinalado com vibrante salva de palmas dos presentes, alguns dos quais chamaram a nossa atenção para o facto de, a placa, não referir o importante facto de se tratar de uma pianista louletana e de a Banda local não se ter feito representar em tão solene acto.

Para assinalar tão memorável acontecimento, foi proporcionado aos louletanos, na tarde daquele dia, um espectáculo cultural, o qual foi antecedido de breves palavras proferidas pelo Dr. Joaquim Magalhães e também pela sr.ª D. Silvina Contreiras Madeira, principal dinamizadora da simpática homenagem que Loulé prestou à insigne pianista Maria Campina.

O programa, que foi muito apreciado e largamente aplaudido, constou dos seguintes números:

— Apresentação do Conjunto Vocal Infantil e do Conjunto de Flauta Bisel (direcção do Prof. Joel Alexandre Seabra Melancia).

— Ginástica Rítmica — Prof.ª D. Isabel da Palmeira.

— Pequeno número surpresa, oferecido pelas crianças de Loulé.

— Exibição do Rancho Folclórico Infantil de Loulé, dirigido pelo sr. Fernando Soares.

— Ballet — Prof.ª D. Helena Gil.

— Piano Solo «Polca n.º 6» de Frederic Chopin, «Sonata ao Luar» de C. Van Beethoven — Pianista João Batista de Almeida.

— Canto e Piano — Cantor Carlos Guilherme — Pianista J. A. Batista de Almeida.

— Coro do Conservatório Regional do Algarve (direcção do Prof. Joel A. S. Melancia).

NOTÍCIAS PESSOAIS

Em serviço profissional, deslocou-se à Ilha da Madeira o nosso comprovinciano, prezado amigo e assinante sr. José Gomes Romeira Morgado, gerente de zona do Banco Fonsecas & Burnay.

Tivemos o prazer de abraçar na nossa redacção o nosso velho amigo e dedicado assinante sr. Dr. Maurício Monteiro.

Também nos deu o prazer da sua visita o nosso estimado assinante e prezado amigo sr. Capitão Amaral de Sousa, residente em Vendas Novas.

Após ter passado alguns meses entre nós, regressou ao Canadá o nosso prezado conterrâneo, assinante e amigo sr. Filipe dos Santos Guilherme, que se fez acompanhar de sua esposa sr.ª D. Maria Pereira Martins Guilherme.

A matar saudades da terra natal, deslocou-se a Loulé o nosso dedicado assinante e conterrâneo sr. Germano Gonçal-

ves Mendes, que há 20 anos fixou residência na Austrália.

NASCIMENTO

Na Casa de Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa em Lisboa, teve o seu bom sucesso, dando à luz uma criança do sexo masculino a nossa conterrânea sr.ª Dr.ª D. Maria Isete Romero Chagas Viegas Aleixo, casada com o nosso conterrâneo, prezado amigo e dedicado assinante sr. Eng.º João Paulo Viegas Aleixo.

São avós maternos a sr.ª D. Maria Hezette Formozinho Romero Chagas (falecida) e o sr. Emídio do Carmo Chagas e avós paternos a sr.ª D. Maria Margarida Romão Viegas Aleixo e o sr. Manuel José Aleixo.

Ao recém nascido foi dado o nome de João Miguel Romero Chagas Viegas Aleixo.

Aos felizes pais e avós endereçamos os nossos parabéns, com votos de longo e feliz existência para o seu descendente.

Tal pai Tal filho.



A Ford lança, agora em Portugal, a nova geração de Tractores Ford da série 1000.

Os mini-Tractores Ford foram concebidos para proporcionarem uma excelente adaptação aos mais variados tipos de tarefas. Tais como os trabalhos nas vinhas, nos pomares, nas áreas de horticultura, ou nos campos de golf, etc. Com:

- Motor Diesel;
- 12 velocidades;
- Controlo de profundidade;
- Tracção às quatro rodas;
- Blocagem de diferencial.

E é um gosto vê-los a trabalhar. Porque, tal como toda a gama de Tractores Ford, os novos modelos da série 1000 possuem uma notável capacidade de trabalho.

Tal pai... Tal filho...

TRACTORES FORD. UMA EQUIPA DE TRABALHADORES INCANSÁVEIS.
COM MAIS DE 60 ANOS DE EXPERIÊNCIA

FOMENTO INDUSTRIAL
E AGRÍCOLA DO ALGARVE, LDA.
Largo de S. Luís - Telef. 23061/4
8000 FARO



O Congresso dos Algarvienses

(continuação da pág. 1)
que pode ser, com toda a legitimidade, um projecto de hoje para hoje e com esperança de vida indubitavelmente para amanhã.

O Algarve necessita de uma Universidade moderna, estruturando cursos adequados aos estudos e às motivações da região. A Universidade deverá surgir bem definida e precisa quanto à criação desses novos cursos, mais descentralizada, mais produtiva e criativa. Uma Universidade não deverá nascer desamparada, mas resultante de um projecto político com alcance educativo e formativo, que despreze todos e quaisquer dirigismos culturais.

O Professor Joaquim Magalhães definiria na sua comunicação o que é a Cultura. Cultura é palavra que contém um conceito estimulante de actividade intelectual, de capacidade de compreensão, de qualidade de entender as coisas e as pessoas. Cultura, num certo sentido de aprofundamento e reflexão, é uma visão do mundo, para além das aparências. E buscando uma exposição verdadeira recordaria uma quadra de Carlos Queiroz: «ver só com os olhos / é fácil e vão / por dentro das coisas / é que as coisas são».

Na minha intervenção que intitulei «As Limitações da Cultura e a Necessidade de Talento e de Imaginação», tratei na realidade de alguns pontos que não foram muito considerados. Refiro-me à quase inexistência de grupos e centros culturais que motivem o jovem, que abram um caminho às actividades recreativas, que aproveitem os novos talentos que despontam pelas aldeias deste País.

E sobre a Universidade do Algarve formulei algumas perguntas sem, contudo, ter obtido resposta. «Que verbas estão destinadas à criação da Universidade aprovada na Assembleia da República e qual a garantia dos serviços de modo a que ela possa funcionar em condições estáveis?»

Uma das intervenções mais significativas foi a do Prof. Pereira Neto que defendeu intransigentemente a Universidade como instrumento fulcral para a valorização do factor humano, criticando com realismo a impotência da administração pública. E frisou: «A região onde uma Universidade de bom nível e bem projectada fique colocada ganha necessariamente projecção a nível nacional e internacional; e se o tipo de ensino for o mais adaptado às necessidades do progresso pode tornar-se mesmo num centro, se não criador, pelo menos receptor e difusor de novas técnicas. Por outro lado, região que não tenha em si a capacidade de criar ou adaptar novas técnicas é região destinada a uma crescente dependência, à descaracterização e à emigração daqueles dos seus filhos que, sentindo em si capacidade inovadora, não se querem tornar em meros reprodutores de técnicas importadas».

O Presidente da Comissão Instaladora da Universidade do Algarve adiantaria: «A falta de compreensão, vontade e de incitamento à instalação da Universidade do Algarve é talvez a consequência do que ainda há de imaturo na nossa prática política, e de frágil articulação

entre o poder central e a região». Com efeito o prof. Gomes Guerreiro mostrava-se perplexo com o inesperado adiamento que tem impedido a criação da Universidade.

Cultura limitada que não mergulha na profundidade das nossas relações humanas e que constitui um feixe de problemas. Política desacertada que não sabe fazer germinar as sementes do nosso sentir e do nosso querer.

b) SAÚDE E MEIO AMBIENTE

O Algarve precisa de médicos. De um serviço de saúde estendido às populações rurais. Do melhoramento dos serviços hospitalares.

A dr.^a Maria Antonieta Contreiras referiu-se aos «Inválidos Algarvios» apontando a política de saúde sueca como modelo a seguir. Isto é, «em cada região os dirigentes organizavam os serviços segundo um esquema condicionado pelas respectivas necessidades, que, depois iam articular com os de outra região, e, dos diferentes agregados regionais, subiam depois para os serviços centrais».

Posso acrescentar a propósito da assistência médica na Suécia que os hospitais são notáveis e a assistência hospitalar gratuita. Os honorários médicos — excluída a hospitalização — são reembolsados em 75% e os medicamentos prescritos em 50% para além de uma receita de 25\$00. Nenhuma compra pode no entanto ultrapassar 75\$ (o excesso está a cargo do Estado). O estado sanitário sueco é exemplar, resultado de um bom nível de educação e duma política social desenvolvida. (Vide Jacques Arnault «O Socialismo Sueco»).

Quanto aos inválidos a Dr.^a Contreiras apostaria: «Deem-lhes empregos compatíveis com as suas possibilidades e verão como frutificarão os seus empreendimentos».

Quanto ao meio ambiente de salientar a comunicação do Eng. Andrade Vilarinho que defendeu a depuração das águas residuais do Algarve por lagunagem, sistema que, segundo apuramos da sua intervenção, apresenta largas vantagens não só pelo custo de construção que é muito menor que os outros sistemas, como também por utilizar apenas a energia solar e aumentar de capacidade no verão, não apresentando, além disso, deficiências de equipamento nem falhas de energia.

O Arq. Hidalgo do Nascimento defenderia a Natureza desmistificando a noção de Ordenamento do Território: «Ordenar é pôr ordem na Natureza entendendo o homem como um ser natural integrado nela, vivendo dela e respeitanda-a, ou seja pôr as árvores onde a natureza quis que elas surgissem, as casas nos locais mais correctos climaticamente e funcionalmente para o homem e o ambiente, utilizar os bons solos agrícolas como tal».

c) Economia e Pequenas e Médias Empresas, Infraestruturas, Agricultura, Pescas, Turismo, Planeamento Regional:

O eng.^o Mário Gil Videira Vicente fez um breve resumo dos estatutos e estruturas do IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas). E disse: «A necessidade de prestar assistência directa às PME, isto é, permanente contacto com as empresas, levou a que o IAPMEI procurasse descentralizar e regionalizar os seus serviços. Por outro lado ainda a especificidade de certas regiões do País impunha que um sistema eficaz de apoio à pequena e média indústria não desconheciasse as particularidades dessas regiões e os condicionalismos nelas existentes.

Creio que o final da sua intervenção revestiu-se de um sentido realista de apoio à iniciativa privada: «A Administração

Pública pode e deve criar estruturas de apoio, mas não pode, nem deve, substituir o empresário privado naquilo em que ele deve ser insubstituível — na decisão, no dinamismo, na criatividade. Por outro lado ninguém duvida que o Algarve pode e deve melhorar as suas estruturas produtivas dando plenas garantias de investimento à iniciativa privada.

O dr. Manuel Paulo Filipe referiu-se ao porto de Portimão como factor que, permitindo um movimento razoável e facilitando o escoamento e o aprovisionamento, além da posição geográfica relativa ao norte de África e países árabes, desafia a iniciativa algarvia e nacional no sentido da industrialização necessária.

No domínio das infraestruturas tudo vai mal neste Algarve. Otel Cabrita referiu-se sucintamente ao estado em que se encontram as estradas desta região, falou do estado ingrato das comunicações telefónicas e lamentou as condições dos serviços públicos e sociais, nomeadamente nos domínios da saúde e da habitação. Afirmando: «A concorrência estrangeira não permite que se brinque ao turismo».

A intervenção de maior significado técnico no sector da agricultura foi a da autoria do Eng.^o Leal de Oliveira, conhecedor do solo algarvio e da superfície produtiva da região. «Verifica-se, na verdade, que somente cerca de 28% do território nacional apresenta condições favoráveis para a agricultura mas, erradamente, estão aproveitados por aquela actividade 54% da superfície total do País. Paralelamente encontram-se dedicados à pastorícia e à floresta cerca de 46% do território que apresenta todavia 72% da sua superfície em aptidão não agrícola.

Os apuramentos apresentados permitem desde já uma ilação muito importante e explicativa dos desfavores que sofrem os que se entregam à lavoura. Na verdade nas regiões onde ocorrem desfazamentos entre as potencialidades e a forma como os recursos são utilizados surgem naturalmente, por tais motivos, desequilíbrios económicos e sociais componentes indispensáveis de padrões de vida desumanos, geradores privilegiados de tensões sócio-políticas indesejáveis».

Referiu-se ao desfavor com que a Natureza brindou este Algarve no que diz respeito a terrenos de aptidões agrícolas. Na verdade as principais entidades responsáveis parecem esquecer o seguinte: «O Algarve é, no geral, constituído por terrenos cuja vocação é essencialmente silvo e silvo pastoril onde, consequentemente, a agricultura é economicamente negativa ou marginal. Ocupam cerca de 78% da superfície da província ou sejam, 366 063 hectares».

José Vitoriano, do Grupo Parlamentar Comunista, falou das contrariedades da entrada de Portugal na CEE e justificou-se através da elevada competitividade nos países do actual Mercado Comum, acrescentando que Portugal não irá entrar na Europa dos nove mas na dos doze, visto que para além de nós entrarão a Espanha e a Grécia.

Cabrita Neto focou aspectos de produção, preparação, comercialização e exportação das principais frutas secas e frescas do Algarve, referindo-se concretamente ao mau aproveitamento a que tem sido votada a amêndoa. Apelou para o aumento da plantação da alfarrobeira, dado que esta é uma árvore característica das zonas mediterrânicas como a nossa província, sendo o seu fruto, a alfarroba, de um valor considerável para consumo e exportação. Em sua opinião não se deveria reduzir o número de figueiras. Quanto ao pinhão

adiantou que o miolo tem visto a sua exportação crescer com uma expressão algo significativa pela sua qualidade de nível superior à dos principais mercados concorrentes, Itália e Espanha. Sobre as frutas frescas falou dos perigos que correm os produtores da laranja caso a cultura desta não seja devidamente controlada e basicamente dirigida para o abastecimento do nosso mercado interno. Referiu-se contudo ao desenvolvimento das estufas de tomate, pepino, morangos, etc., como factor de incremento de uma agricultura moderna e mais intensiva. Segundo Cabrita Neto Portugal e principalmente a agricultura do Algarve, pode vir a beneficiar bastante com a entrada na CEE.

No campo das pescas o Comandante Cabido de Ataíde considerou indispensável tornar

a estabelecer as 3 milhas como resguardo mínimo de protecção às armadilhas. No entanto concluiu: «Apesar de ainda ser de tentar a pesca por armadilhas fixas, esta técnica está em prática condenada, sendo urgente apetrecharem-se embarcações para as pescas de anzol e cerco».

Turismo foi tema desenvolvido das características da região. Parques de campismo e Centros de Férias objectivos prioritários do Turismo social? Uma certa desconfiança relativa à importância do campismo como forte factor promocional de turismo, em virtude deste se apresentar como uma actividade concorrente da indústria hoteleira.

Organização turística desorganizada em base nos elementos sócio-económicos. Uma promoção descuidada. Infraestrutura (continua na pág. 10)

CARTÓRIO NOTARIAL DE SÃO BRÁS DE ALPORTEL

BATISTA & CONTREIRAS, LDA.

Certifico, para efeitos de publicação que, por escritura de 18 do corrente mês, exarada de folhas 32 do livro n.º 4-C, deste Cartório, a cargo da notária Licenciada Soledade Maria Pontes de Sousa Inês, foi constituída entre DÍLIA MARIA BAETA DA CONCEIÇÃO BATISTA e FRANCISCO JOSÉ CONTREIRAS GUERREIRO, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, com a firma em epígrafe, a qual ficou a reger-se pelo pacto social constante da fotocópia anexa que com esta se compõe de três folhas e vai conforme ao original.

PRIMEIRO — A sociedade adopta a firma «BATISTA & CONTREIRAS, LIMITADA», vai ter a sua sede em Almansil — Poço, freguesia de Almansil, concelho de Loulé e durará por tempo indeterminado, a partir de hoje.

SEGUNDO — O seu objecto é a importação e exportação e o comércio por grosso de metais ferrosos, barras, blocos, chapas, perfilados, tubos, peças vazadas não trabalhadas, madeiras, cimentos e materiais de construção, podendo no entanto, exercer qualquer outro ramo de negócio em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

TERCEIRO — O capital social, inteiramente realizado, em dinheiro, já entrado na caixa social, é de quinhentos mil escudos e está dividido em duas quotas iguais de duzentos e cinquenta mil escudos, cada uma e pertencentes uma a cada sócio.

QUARTO — A cessão e divisão de quotas, entre os sócios é livre, a estranhos fica dependente do prévio e expresso consentimento da sociedade, à qual é reservado o direito de preferência em primeiro lugar e a cada

um dos sócios em segundo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — O valor da quota, para efeitos do exercício deste direito de preferência, na falta de acordo, será o resultante de um balanço expressamente efectuado para o efeito.

QUINTO — UM — A gerência da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, serão exercidas, por todos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, com dispensa de caução e com ou sem remuneração conforme for estabelecido em assembleia geral, expressamente convocada para o efeito.

DOIS — Qualquer dos sócios gerentes poderá delegar todos ou parte dos seus poderes de gerência, por meio de procuração, em quem entender.

TRÊS — Para obrigar validamente a sociedade são necessárias, em conjunto, as assinaturas dos dois sócios gerentes, ou de seus procuradores, podendo, no entanto, os actos de mero expediente ser assinados por qualquer sócio gerente ou seu procurador.

QUATRO — A sociedade não poderá ser obrigada em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como fianças, abonações, letras de favor e outros semelhantes.

SEXTO — Os sócios poderão fazer os suprimentos de que a caixa social carecer, nos termos acordados e poderão ser exigidas dos mesmos prestações suplementares de capital, mas, neste último caso, só com o acordo unânime de todos os sócios.

SÉTIMO — Quando a lei não exigir outras formalidades, as reuniões da assembleia geral serão convocadas por cartas registadas, dirigidas aos sócios com oito dias de antecedência, pelo menos.

São Brás de Alportel, vinte e um de Fevereiro de mil novecentos e oitenta.

A Terceira Ajudante,
(Assinatura ilegível)

AO DIVINO ESPÍRITO
SANTO

Agradece graça recebida.
M. R. C.

ALUGA-SE ARMAZÉM

Com 136 m², com montra, a 300 m da Av. Costa Mea-lha, na Rua Frei Joaquim de Loulé, 12 — LOULÉ.

Informa no próprio local.
(4-1)

A saúde dentária no Algarve FINALMENTE

Salir desperta para o progresso

Realizou-se recentemente entre nós um Seminário Internacional sobre a Prevenção da cárie dentária pela fluoretação.

Que vem a ser a fluoretação? Descobertas da química e da física os domínios da mineralogia, aplicadas na dentição, demonstraram que o ião flúor é, por simples contacto, absorvido pelo esmalte do dente, reforçando-o. O flúor, elemento constante do tecido dentário, aumenta a resistência do esmalte à acção dissolvente dos ácidos. Em geral, os dentes mais receptivos às cáries têm um esmalte muito menos rico em flúor do que os dentes resistentes à cárie. Fizem-se experiências deste tipo: em bebédores de água fluorada, os dentes incisivos e os caninos, em contacto directo com a água absorvida, ficavam menos receptivos às cáries do que os dentes molares tocados indirectamente pela água.

A importância da fluoretação no combate preventivo à cárie dentária levou à celebração do referido seminário em Portugal. Mas não se falou apenas de prevenção. O Secretário de Estado da Saúde, Dr. Correia de Campos, aproveitou a oportunidade para fazer o balanço da situação em matéria de saúde dentária no nosso país. E os números que apresentou soaram como sinos tocando a rebate. Infelizmente, com tanto ouvido surdo que anda por aí, ninguém se alarmou.

Todavia, os números podem considerar-se aterradores. Em 1977, Portugal tinha um total de 1407 profissionais de saúde dentária. Esse número, no ano seguinte, aumentou 2,4% subindo para 1443 o número de profissionais — divididos em 586 médicos estomatologistas, 477 odontologistas e 380 protésicos dentários e ajudantes. Por outros números, existe um dentista em Portugal por cada 7 000 habitantes. Para que Portugal possa eliminar o atraso que separa o nosso país da França, onde existe um dentista por cada 2 000 habitantes, o número de dentistas a formar elevar-se-ia a cerca de 5 000. (Diga-se de passagem que o secretário de Estado falou apenas em 3 207, devido a que se enganou nas contas quanto ao total da nossa população, calculando-a em pouco mais de 7 milhões de habitantes, quando falta muito pouco, se já não se ultrapassou, para a casa dos 10 milhões).

Em matéria de médicos dentis-

tas (os verdadeiros, que os outros, em muitos casos, arrancam dentes como os barbeiros de outros tempos...) a Escola Superior Médico-Dentária de Lisboa forma 16 em cada ano (e os primeiros ainda não se diplomaram, pela simples razão de que se trata de uma escola recentíssima...). E a Escola do Porto, também recente, promete um ritmo de 30 dentistas novos em cada ano.

Odontologistas — cuja formação é muito deficiente — foram autorizados em 1975 a um curso de reciclagem mas só o puderam frequentar (não era obrigatório) os profissionais com mais de 26 anos e mais de cinco de exercício da actividade...

O Secretário de Estado apontou como necessária mais uma Escola Superior Médico-Dentária em Coimbra (aumentando nas já existentes o ritmo de formação de novos dentistas), a criação de escolas para técnicos intermédios (higienistas dentários) e a abertura de carreiras oficiais para médicos-dentistas formados pelas Escolas Superiores de Medicina Dentária, a fim de se resolver o problema gravíssimo da falta de professores.

Como de costume, o Algarve não entrou na jogada...

E, no entanto, o problema den-

tário no Algarve é gravíssimo. Turista que venha à nossa província e precise de arrancar um dente, tem as fêmeas estragadas. A nossa província precisa urgentemente de uma Escola Superior de Medicina Dentária, para a formação de dentistas e de técnicos intermédios. Mas não só...

As Câmaras e os Serviços Municipalizados de Água poderiam ajudar as novas gerações a combater a cárie dentária adoptando uma das mais importantes e conhecidas técnicas de prevenção: o uso de flúor na água. O preço do flúor é caro? É, sim senhor. Mas o preço porque a água pode passar a custar é irrisório, sobretudo se comparado com os benefícios que desse uso se podem colher.

Como qualquer técnica, a fluoretação da água tem riscos, que importa conhecer para melhor controlar o uso da técnica e a sua generalização a toda a população.

No seminário em questão, considerou-se o da aplicação do flúor «um dos investimentos de mais elevada relação custo-eficácia».

Vão as Câmaras ficar mais uma vez de braços cruzados à espera de Santa Bárbara?

O-DOS-COPOS

SOCIEDADE AGRÍCOLA DE VILAMOURA

(continuação da pág. 6)

lanço e das Contas que acompanham o relatório referido, podemos afirmar que os mesmos traduzem a verdadeira e correcta situação da empresa no final de 1979, conforme tivemos oportunidade de verificar através dos livros e demais registos contabilísticos que fiscalizamos ao longo do ano e dos documentos de receita e despesa a que tivemos acesso sem reservas.

Verificou ainda este Conselho Fiscal que os lançamentos efectuados tiveram em consideração as normas e regras estabelecidas no Plano Oficial de Contas.

Foram também apreciados os critérios valorimétricos das existências e das imobilizações, bem como as taxas de amortizações e reintegrações desta última que foram feitas em conformidade com as disposições legais em vigor. Não obstante, procedeu-se à correcção da determinação de alguns custos padrão e respectiva actualização, a fim de dar uma expressão mais real e correcta ao Balanço.

Por fim, desejamos expressar o nosso agradecimento pela co-

laboração franca que recebemos do Conselho de Administração, o que muito facilitou o nosso trabalho.

Em face do exposto, propomos:

1.º — Que aproveis as Contas, o Relatório e o Balanço apresentado referente ao exercício de 1979;

2.º — Que aproveis a distribuição proposta dos lucros verificados;

3.º — Que aproveis um voto de louvor ao Conselho de Administração pelo zelo e competência com que desempenhou as suas funções;

4.º — Que aproveis um voto de louvor aos trabalhadores da Empresa que dedicadamente colaboraram sem reservas com a Administração da Sociedade.

Vilamoura, 26 de Fevereiro de 1980.

PRESIDENTE:
António Varela

VOGAL:
Alfredo Maria Camarate Campos

REVISOR OFICIAL
DE CONTAS:
Inácio Caeiro Chambel Gião

Ezequiel Rodrigues Neto

Oficina de Reparações
Auto-Mecânica - Bate-Chapa
e Pintura

SÍTIO DE BETUNES
(Barreiras Brancas)
8100 LOULÉ

(4-2)

ALUGA-SE Armazém

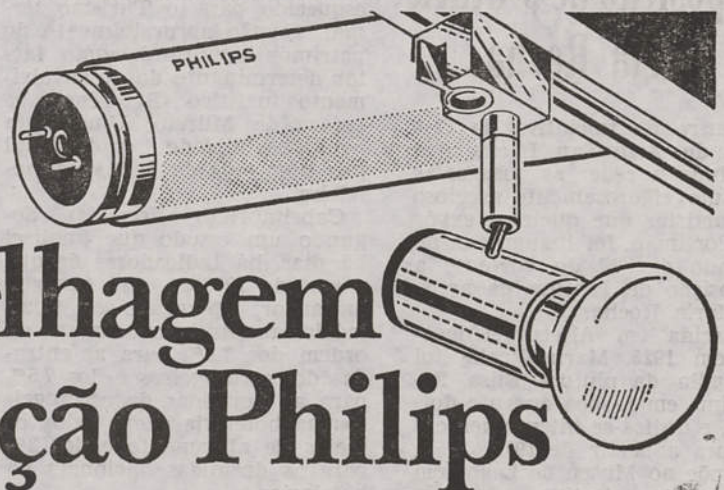
Com 60 m2 aproximadamente, na Rua Diogo Lobo Pereira, 38 em Loulé.

Informa Telef. 62977 ou na mesma rua, n.º 40 — LOULÉ.
(3-2)

LUÍS PONTES

ADVOGADO
Rua D. Paio Peres Correia,
N.º 21 — Telef. 62406
LOULÉ

Visite as
NOVAS INSTALAÇÕES



Lâmpadas e toda a aparelhagem de iluminação Philips

Estabelecimentos

jomeluz

COMÉRCIO DE ARTIGOS ELÉCTRICOS, LDA.

Rua Dr. Justino Cúmano, 13
Telefone 24432 - 24021 - 26018
8000 FARO

Agenda dos Portos

do Barlavento do Algarve

Da Junta Autónoma dos Portos do Barlavento do Algarve recebemos uma utilíssima Agenda para 1980, a qual contém preciosos elementos de informação acerca não só das marés nos portos de Portimão e Lagos (em pormenor) como ainda de outros portos do Algarve (em aproximação). Contém também informações diversas tais como: calendários para 1980 e 81, festas móveis e feriados nacionais, escalas do vento e do mar, sinais de mau tempo, faróis da costa algarvia, serviço de pilotagem, distâncias itinerárias marítimas, sinais de pilotagem, distâncias por estrada, tabelas barométricas e termométricas, medidas inglesas, redução de braças, pés e polegadas a metros, multiplicadores para conversão de medidas, distâncias ao horizonte, telefones com interesse para as actividades portuárias, horários de camionetas e automotoras, notas diversas e plantas da costa do Barlavento, do porto de Lagos e Portimão, etc., etc.

Agradecemos a gentileza da oferta.

AGÊNCIA VÍTOR

FUNERAIS
E TRASLADAÇÕES

Serviço Internacional
Telefones 62404-63282
LOULÉ — ALGARVE

PRECISA-SE

Quarto ou parte de casa, para casal na zona de Loulé.

Tratar Telef. 63231 — LOULÉ.

(3-3)

AMAR O ALGARVE SOBRE TODAS AS COISAS

Por
VITORINO ROSA

Quem se debruça sobre os problemas em que o Algarve se debate, não tem dificuldades em se aperceber de que o rol das carências da nossa terra e da nossa gente não tem fim. Desde a saúde à habitação, da educação à alimentação, dos tempos livres à cultura, do desenvolvimento industrial à agricultura, da pesca à arborização da serra, vai um nunca-mais-acabar de problemas, como se tudo estivesse por fazer, à espera de um D. Sebastião numa manhã de nevoeiro.

Terra de sol, porém, o Algarve tem de definir o seu futuro com a limpidez de uma visão moderna, dinâmica e criadora. E defini-lo por si próprio, traçando os caminhos do futuro com segurança e sem sofismas.

É tempo de se iniciar tarefa histórica, de se fazer um aproveitamento integral das potencialidades do Algarve em todos os quadrantes da civilização. Os algarvios não podem, nem devem, continuar subjugados por uma apatia velha de séculos, mas inexplicável para quem conhece a capacidade que as nossas gentes têm demonstrado nos cinco continentes, através do trabalho, da dedicação e do saber.

Nos últimos dez anos, o Algarve deu um grande salto em frente graças ao Turismo, transformando-se em zona paradisíaca onde se concentram muitos dos mais belos hotéis da Europa e urbanizações de férias das mais requintadas do mundo. Mas, apesar de toda a sua beleza, esta é apenas uma fachada, uma aparência de bem-estar, uma face radiante que esconde toda a espécie de carências.

Em vésperas de entrada de Portugal no Mercado Comum, não falta quem espere ver todas as actuais carências resolvidas pela maior experiência e capacidade financeira dos países mais evoluídos da Europa. É esta uma nova maneira de se ir adiando tudo, eternamente à espera, não já de um D. Sebastião montado em cavalo branco e confundindo-se com o nevoeiro, mas de uma ponte aérea que transporte médicos, engenheiros, agricultores, empresários, investidores, barcos de pesca, bancos, hotéis, fábricas, etc. Esperamos a felicidade como se ela pudesse cair-nos do céu aos trambolhões!

Exposição de pintura de Maria Rocha

Dentro da iniciativa da Galeria de Arte San Lucas, que continua a ceder as suas salas a título rigorosamente gracioso aos artistas que queiram expor em Portimão, foi inaugurada no passado dia 17 do corrente a Exposição de Pintura da artista Maria Rocha.

Nascida em Aljezur (Algarve) em 1925, Maria Rocha foi discípula da pintora Elisa Felismino, em Lisboa durante dois anos, e dedica-se intensamente à pintura a partir de 1972.

Expõe no Museu de Lagos em 1978, numa colectiva.

Em 1979 expõe individualmente no seu atelier em Aljezur com grande êxito.

É professora primária, trabalhando no Ciclo Preparatório T. V. há 13 anos.

Artista «Naif» na linha dos puros mesmo, Maria Rocha transmite-nos uma sensação de frescura, nos óleos que nos mostra. O encanto das linhas de força, é valorizado ainda com o colorido ingénuo de que as figuras ou os elementos de composição se enroscam.

Sonhar é fácil! Mas tanto, é demais.

Vem de longe a habitação implantada entre nós de dar aos estrangeiros o privilégio de se instalarem aqui e explorarem as nossas riquezas e os nossos recursos, como se os algarvios fossem apenas uma parte meramente integrante da paisagem e não tivessem uma palavra a dizer... Em 1404, D. João I concedeu a um genovês, Giovanni de Palma, o foral para a exploração de uma plantação de cana-de-açúcar no Algarve. De então para cá, tudo se tem concedido aos «estrangeiros de fora» (como se dizia no meu tempo de menino e moço na escola primária de Olhão) e tudo se tem negado aos algarvios.

Foram alemães e italianos que implantaram e exploraram até à medula a Indústria de conservas no Algarve, hoje quase totalmente extinta. Ingleses, alemães, franceses e suecos têm vindo a impor uma indústria de turismo no Algarve, quase à revelia dos próprios algarvios. É tempo de dizer: basta! É tempo de cada algarvio se conscientizar de que tem um dever a cumprir para com a terra onde nasceu e para com as raízes que o criaram. Numa frase apenas os algarvios não podem aceitar a situação de «a deriva» que secularmente têm suportado, devendo assumir, sem mais perdas de tempo, as rédeas do seu próprio destino!

AMAR O ALGARVE SOBRE TODAS AS COISAS!

Não se pretende, de forma nenhuma, a «independência do Algarve». O mundo tende para a união e não para a divisão. O que se pretende, sim, é obrigar os algarvios a que amem a sua terra e as suas gentes como mais ninguém o poderá fazer. Por mais que os estrangeiros se deixem encantar com a beleza das nossas paisagens, do nosso clima e do nosso sol, por muito que visionem na nossa terra o terreno fértil para grandes empreendimentos turísticos, industriais ou habitacionais — ja-

mais poderão sentir nessas reacções uma intensidade semelhante à nossa. A terra-mãe do Algarve pertence, acima de tudo e de todos, aos filhos que ela gerou: a nós, algarvios. E ninguém poderá amá-la, ninguém quererá amá-la tanto quanto nós!

Não é de um amor platónico, porém, que o Algarve precisa: o amor não vive de belas palavras, mas de actos fecundos, de entregas apaixonadas, de loucuras e de razão.

Amar o Algarve deverá ser torná-lo mais feliz, mais realizado, mais saudável, mais belo!

Este Congresso pode ser o começo de uma nova forma de amar o Algarve, deixando as palavras para trás e assumindo em actos a descoberta desse amor:

Tudo o amor, para se realizar, precisa acima de tudo de uma cabana... Quatro paredes, um tecto, um abrigo das noites frias e das tempestades, o remanso de uma jornada de luta para o início de outra.

Dezenas de milhar de algarvios têm um direito expresso na Constituição que, no entanto, para eles, somente existe no papel: o direito à habitação. Ela é a cabana de quem precisa de amar e ser amado...

É este o problema número um do Algarve: o problema habitacional.

Dar uma «cabana» a cada algarvio deveria ser a palavra de ordem de um novo Algarve em flor. E como uma cabana não alimenta, outra palavra de ordem deveria ser garantir a todos o direito ao pão, ao trabalho, à saúde e à educação. Coisas simples, que o amor é, ele próprio, o sentimento mais simples em que assenta a própria existência da Humanidade, desde que Adão e Eva começaram a florescer a Árvore da Vida.

Com a arma simples do amor, a batalha por um novo Algarve pode começar aqui, hoje. O resto virá por si mesmo, simplesmente... Basta que façamos do novo mandamento «Amar o Algarve sobre todas as coisas» a nossa meta quotidiana...

O Congresso dos Algarvienses

(continuação da pág. 8)

ras inexistentes. Falta de quadros de competência. A urgência do incremento da iniciativa privada. A imagem esquelética das Câmaras e da CRTA. Que turismo de inverno? Que lazer? Que novas motivações? Um interior algarvio completamente esquecido para o Turismo termal. O não aproveitamento do património cultural como factor determinante do desenvolvimento turístico (Referência às ruínas de Milreu). Uma certa irresponsabilidade profissional nos domínios da indústria hoteleira.

Cabrita Neto afirmaria: «Segundo um estudo que analisei há dias, há indicadores de que o período 1979/84, será também animador, prevendo-se taxas médias anuais de crescimento da ordem dos 7,5% para as entradas dos estrangeiros e dos 7,5% para as dormidas de estrangeiros na hotelaria e em todos os meios de alojamento e dos 2% para as dormidas nacionais na hotelaria».

Mas o Turismo continua mal aproveitado e massacrando as economias dos indígenas, qualquer dia expulsos da sua própria região pelo crescimento constante da inflação. Porque não existe um Plano Regional para o Algarve. Porque o Algarve não tem uma política realista de carácter desenvolvimentista. Porque não existe um Orçamento Global para a Região.

O Dr. Ferreira do Amaral observaria: «O desenvolvimento de exploração dos recursos naturais

e nomeadamente o Turismo não são muitas vezes suficientes para assegurar o verdadeiro progresso social da região em que se inserem. E, pelo contrário, frequente o aparecimento de um forte dualismo económico, social e cultural em zonas nestas circunstâncias.

Para o Algarve avançar é necessário que se estabeleçam estruturas regionais, político-administrativas e de planeamento, estruturas representativas e consistentes, possuidoras de meios técnicos, humanos e financeiros, capazes de assegurarem o cumprimento de um Plano de Política Desenvolvimentista para a região. Projectos de investimento. Valorização de Recursos. Desenvolvimento industrial das principais produções do Algarve. A aplicação correcta da Lei das Finanças.

3. CONCLUSÕES

O Algarve necessita de uma descentralização adequada a todos os níveis. Urge criar um Plano Regional e um Orçamento Significativo.

Vitalidade e dinamismo são qualidades que deverão estar presentes no espírito de todos os algarvios. Os desequilíbrios regionais, o aprofundamento dos problemas culturais, sociais e económicas da região são consequências de uma política centralizadora, sem métodos e sem projectos. O Estado ainda não assumiu as responsabilidades de considerar a Política Regional como questão nacional e prio-

UM JORNALISTA PRESTOU JUS À MEMÓRIA DO DR. MARÇAL PACHECO

Nas colunas desta «Voz de Loulé», que amavelmente dispôs-se a publicar quinze excelentes artigos a realçar a Obra, Vida Social e Política do Conselheiro Dr. Marçal Pacheco, dedicado e meritório jornalista das coisas de espírito, arte e humanidade, interessou os leitores do jornal com o seu verbo quente de exaltação a dar vida a quem já há muito está esquecido.

Lido e admirado por louletanos que muito se orgulham de o ser, esse jornalista que é um desconhecido em Loulé, soube com arte e habilidade focar tão categorizada Figura, que, digase em boa verdade, dado os desenvolvimentos que explanou, positivamente tornou-se um adoptivo louletano a sentir e a sangrar imagens, como se ele fosse pessoa que tivesse vivido com o próprio finado.

Fiel observador, atento estudioso da vida e obra do grande e saudoso Conselheiro, M. J. Vaz merece que um louletano lhe agradeça o bem que fez em desenterrar do modesto sepulcro em que jaz o Dr. Marçal Pacheco.

Verdades amargas que feriam, sociologia, política, realza, bairrismo, todos os ângulos da vida activa do Dr. Marçal Pacheco, o devotado articulista versou com vinculado ardor de um hábil crítico. Todos os cambiantes do grande e devotadíssimo estadista ficarão deste modo, no conhecimento de muitos dos louletanos que actualmente são a geração predominante.

Se assim acontecer, direi: Terá ela, no turbilhão da vida moderna, o sentido de respeito às lições de civismo que esse grande sonhador de um futuro melhor para todos os Portugueses lhe legou? Terão os louletanos actuais o sentimento de elevar ao pedestal de um Monumento essa figura de gigante na oratória e na defesa dos interesses do País e de Loulé?

O caso sujeito ficará no silêncio!! Tal qual o que sucede há oitenta e quatro anos que Marçal Pacheco jaz no túmulo e, a actual geração, já não sabe

de quem são os restos mortais que lá dentro estão!

Duarte Pacheco, sobrinho do grande louletano, foi um grande da Pátria que lhe reconheceu os méritos erigindo-lhe um Monumento. Bem haja!! Essa Memória fixa-se para a posteridade. Está certo. Porque não há-de haver uma outra que Loulé, por si, a levante a honrar quem tanto pela sua terra lutou? Não merecerá o Dr. Marçal Pacheco que foi mais louletano do que o sobrinho, que, para Loulé, nada fez e, até o prejudicou no que de melhor poderia possuir — o caminho de ferro?

Cremos que é com toda a justiça a conclusão a que M. J. Vaz chegou ao propor que, a Marçal Pacheco, seja erigido em Loulé um Monumento à sua Memória. E, como nunca é tarde para se fazer justiça a quem a merece, que tal ideia seja um facto!

A M. J. Vaz, o meu devotado louletanismo abraça-o e muito lhe agradece ter focado com proficuidade uma versão que está na alma de alguns velhos louletanos, como eu.

PEDRO DE FREITAS

A Fonte Filipe (Querença) servida por uma boa estrada

Está marcada para o próximo dia 5 de Junho a festiva inauguração de um troço de estrada entre o sítio da Amendoeira e a pitoresca Fonte Filipe, que é um dos lugares mais procurados pelas pessoas das áreas circunvizinhas de Loulé e S. Brás, para refeições ao ar livre.

Trata-se de uma importante obra (que inclui uma ponte em betão) realizada pela Câmara de Loulé nos finais de 1979 e recentemente acabada e que foi acolhida pela população local com muita satisfação, dado que lhe era prometida desde há longos anos, pois encontrava-se em péssimo estado.

A nova via facilita o acesso ao concelho de S. Brás de Alportel.

Está previsto que o sr. Governador Civil de Faro se desloque à Fonte Filipe para participar na festiva inauguração.

O ALGARVE PRESENTE NA FEIRA IBERO-AMERICANA EM SEVILHA

Atento à importância do mercado turístico espanhol e de modo muito próprio o da vizinha Andaluzia a Comissão Regional de Turismo do Algarve voltou a estar presente com um pavilhão na Feira Ibero-Americana de Amostras que decorreu paralelamente à famosa «Feira de Abril», em Sevilha.

O pavilhão foi visitado por muitos milhares, não só de espanhóis, como de estrangeiros de várias nacionalidades que ocorrem sempre a Sevilha por ocasião da sua famosa «Féria».

A recepção e informação no Pavilhão do Algarve esteve a cargo das funcionárias da CRTA Elsa Labisa e Fernanda Ramalho.

LUÍS PEREIRA